

HISTÓRIA DA PALESTINA NOS TEMPOS DO NOVO TESTAMENTO.

INTRODUÇÃO.

§ 1. — Antecedentes históricos.

1. — Em 334 a. C. Alexandre Magno, levando consigo 32.000 soldados de infantaria e 5.000 de cavalaria, enceta sua campanha contra a Pérsia. A batalha do Grânico, ainda no mesmo ano, abre-lhe as portas de toda a Ásia Menor, a de Issos, em 333, as da Mesopotâmia ao oriente, e as da Síria, da Fenícia, da Palestina e do Egito ao sul. Prefere conquistar em primeiro lugar as terras banhadas pelo Mediterrâneo, para anular a superioridade naval do inimigo. Desce, pois, ao sul, e toma a cidade de Tiro depois de um assédio de sete meses, assédio que fez com que Tiro, de ilha que era, ficasse daí em diante ligada à terra (1). Gaza resiste dois meses. A visita de Alexandre a Jerusalém, de que fala Flávio José (A. 11, 8, 4 § 325- 5 §339), é provavelmente invenção do espírito nacional judaico, empenhado em ligar de algum modo a capital e o templo ao grande conquistador (2).

2. — Depois da conquista de Gaza, Alexandre desce ao Egito, que lhe cai nas mãos sem luta. É acolhido como libertador pelos egípcios. No inverno de 332-1 funda Alexandria, onde concede plenos direitos de cidadania aos judeus (Ap. 2, 4 § 35; G. 2, 18, 7 § 487). Alexandria tornar-se-á o maior centro judaico fora da Palestina e sua importância será igualmente grande na história do Cristianismo. Será nela, aliás, que começará, com o próprio Caio Júlio César, a amizade entre os

(1). — Plínio, o Velho, *Naturalis Historia*, 5, 19, 76: Tyros, quondam insula... nunc vero Alexandri oppugnantis operibus continens.

(2). — G. Ricciotti 42; F.-M. Abel 1, 10; R. H. Pfeiffer 8^o: fiction pure and simple. — Vejam-se, contudo, alguns reparos em A. Allgeier, *Biblische Zeitgeschichte*, Freiburg i. Br. 1937, 259, onde não se exclui a possibilidade de uma visita de Alexandre a Jerusalém, seja antes, seja depois de sua expedição ao Egito.

imperadores romanos e a casa de Herodes (n. 18). Com o Egito, também a Palestina mais uma vez muda de mãos. Tendo os judeus vivido pacificamente sob o domínio dos persas desde a volta do exílio de Babilônia, a começar de 538, estão agora sujeitos a Alexandre, sem que, todavia, esta mudança os afete nos primeiros tempos.

3. — Alexandre em seguida completa a conquista da Mesopotâmia e da Pérsia e assume oficialmente a herança do império persa. Poucos anos depois, em 323, contando apenas 33 anos de idade, morre. Em 1 Mac. 1, 5 muito prosaicamente se descreve o fato:

E depois disto caiu de cama e conheceu que ia morrer.

Seguem-se os anos de incerteza sobre a sucessão de Alexandre. As lutas e controvérsias a respeito resultam afinal na divisão do reino entre os diádocos, dos quais nos interessam Seleuco na Ásia e na Síria, e Ptolomeu no Egito e na Palestina. Diz novamente o autor do 1 Mac:

E reinaram os seus servos, cada um em seu lugar. E impuzeram-se todos diademas depois da morte d'ele e seus filhos depois d'eles durante muitos anos, e multiplicaram-se os males na terra (1,10).

O autor, naturalmente, não considera as vantagens da expansão da cultura helênica iniciada por Alexandre Magno, mas apenas os males que daí se seguiram para a sua nação, quando os filhos sucederam aos pais, males que se resumem em opressão política e religiosa.

4. — Com efeito, enquanto os judeus estavam sujeitos aos Lágidas do Egito, em nada eram molestados sob o ponto de vista religioso. A emigração judaica para o Egito e a fundação de colônias judaicas eram intensas, e os judeus continuaram a alistar-se no exército egípcio, como já haviam feito no tempo dos persas. Nesta época, c. de 290, começaram a traduzir-se as Escrituras hebraicas em grego, muito significativamente em Alexandria, fato que deu origem à lenda dos setenta tradutores, conservada na Epístola apócrifa de Aristéias e repetida por Flávio José (A. 12, 2, 1 §11-2, 15 §118) e outros. Em todo o caso, o nome dos Setenta ficou ligado a esta tradução. A situação de paz, todavia, não devia durar. Em 198 Antíoco III da Síria, o Grande (223-187), vence os egípcios na batalha de Paneion, junto às fontes do Jordão, na posterior Cesaréia de Filipe (Mt. 16, 13) e hodierna Banyas, e com isto a Palestina

passa para o domínio dos Selêucidas até à libertação pelos Macabeus.

5. — O próprio Antíoco III mostrou-se benévolo para com os judeus, como narra Flávio José (A. 12, 3, 3 § 129-4 § 153), mas já sob o domínio de seu sucessor, Seleuco IV (187-175) começaram os males de que fala 1 Mac. 1, 8s. Este rei, com efeito, tentou depredar o tesouro do templo de Jerusalém por meio de seu general Heliodoro (2 Mac. 3), e oprimia o país com graves impostos. A perseguição religiosa, ao invés, estalou com seu sucessor, seu irmão Antíoco IV Epifanés, o deus manifestado (175-163), a quem já os antigos mudavam o nome em Epimanés, o maníaco (3), e ao qual em 1 Mac. 1, 10 se dá o nome de **raiz do pecado**.

6. — A expansão helenística, efetivamente, não podia deixar de ter sua repercussão na Judéia e na própria Jerusalém, e manifesta-se ela precisamente no reinado de Antíoco IV. O irmão do sumo-sacerdote Onias III, Jesus, o qual havia tomado o nome grego de Jasão, afasta a seu irmão do cargo, e pela promessa de somas enormes consegue que Antíoco IV o confirme no cargo de sumo sacerdote. Constrói um ginásio em Jerusalém, onde até sacerdotes participam dos jogos, e chega ao ponto de enviar 300 dracmas de prata como contribuição para os sacrifícios a Hércules nos jogos celebrados em Tiro (1 Mac. 1, 15; 2 Mac. 4, 11. 20). A esta primeira ingerência de Antíoco IV nas questões internas da Judéia segue-se logo outra, quando depõe a este mesmo Jasão, e nomeia sumo-sacerdote a Menelau, da tribo de Benjamim, que lhe prometera maiores somas de dinheiro (2 Mac. 4, 7-29).

7. — Depois de uma guerra vitoriosa contra Ptolomeu VI, tendo primeiramente se assegurado a neutralidade romana, Antíoco IV, começando nova campanha contra o Egito, vê seu passo embargado pelo veto de Roma, vencedora, pouco antes, da Macedônia (168 a. C.). Caio Popúlio Lenas, seu amigo em Roma, quando lá estivera como refém (cf. 1 Mac. 1, 10), apresenta-lhe o **ultimatum** de Roma, que o obriga a retirar-se (4). Temos a primeira ingerência de Roma, ainda que indireta, nos negócios da Palestina, ingerência que não deveria ficar sem efeitos na nação judaica. De fato, neste meio tempo, aproveitando a ausência de Antíoco IV no Egito, Jasão, o sumo-sacerdote deposto, que se havia refugiado no país dos amonitas além

(3). — Políbio, *Historiae*, 26, 10.

(4). — *Ib.*, 29, 27.

do Jordão, baseado no rumor falso da morte do rei, invade e toma Jerusalém. Antíoco IV, impossibilitado pelo veto de Roma de continuar sua campanha no Egito, acode furibundo, retoma Jerusalém e liquida parte de seus habitantes, partidários de Jasão e dos Ptolomeus (2 *Mac.* 4-5; 1 *Mac.* 1, 20-28). Dois anos mais tarde começa a perseguição religiosa propriamente dita e a helenização forçada da Judéia, julgada necessária para a unificação interna do reino. Proíbe-se sob pena de morte a observância da lei judaica, sobretudo a do sábado e a da circuncisão; abole-se o culto judaico, erigem-se nas cidades da Judéia altares aos deuses pagãos e o próprio altar dos holocaustos no templo é dedicado a Zeus Olímpico (1 *Mac.* 1, 43-60; 2 *Mac.* 6, 1-17).

8. — No auge desta perseguição estala a revolta dos Macabeus. Em Modin, a 30 kms. ao noroeste de Jerusalém, o sacerdote Matatias se levanta com seus cinco filhos, João, Simão, Judas, Eleázaro e Jonatã. Matam os emissários de Antíoco, que vinham controlar a execução das ordens do rei, e se empenham numa série de guerrilhas, destruindo altares e limpando o país da idolatria (1 *Mac.* 2, 1-70). A Matatias sucede o filho Judas, apelidado o Macabeu, o martelo (5), do qual o movimento todo tomou o nome, assim como a dinastia subsequente tomou o nome de Hasmoneus do nome de um dos ascendentes de Matatias (A. 12, 6, 1 §265; G. 1, 1, 3 §36). Inicia-se a epopéia magnífica dos Macabeus. Numa série de vitórias Judas derrota os exércitos de Antíoco IV e consegue restaurar o culto legítimo no templo. Caindo na batalha, sucede-lhe seu irmão Jonatã, o qual consegue tomar quase toda a Judéia. Foi-lhe favorável a situação política (1 *Mac.* 3, 1-9, 22; 2 *Mac.* 8-15).

9. — Contra Demétrio I da Síria (162-150), sucessor de Antíoco V (163-162), levanta-se, com efeito, Alexandre Balas, e ambos procuram obter os favores de Jonatã. Este toma as partes de Alexandre, que lhe havia oferecido mais: o sumo-sacerdócio, o título de amigo do rei, a púrpura e uma corôa de ouro. Jonatã mostrou-se fiel a Alexandre, que o promoveu a primeiro amigo do rei, comandante e mericarca da Judéia. A invasão de Ptolomeu VI e as lutas internas da Síria só serviram a Jonatã para consolidar a própria posição e estender o seu território. Enfim cai numa cilada dos sírios e pouco depois é assassinado (1 *Mac.* 9, 23-12, 54; 13, 14-19).

(5). — E' a interpretação comum, não isenta de dúvida; cf. G. Ricciotti 284¹; R. H. Pfeiffer 461s; E. Schürer 1, 212.

10. — Sucede-lhe seu irmão Simão, o último dos irmãos Macabeus, já que João e Eleázaro haviam perecido durante a guerra. Até então, conforme a vontade do pai (1 *Mac.* 2, 65), servira de conselheiro político a seus irmãos. Aproveitando as lutas dinásticas da Síria, consegue de Demétrio II, por meio de um hábil jôgo político, o reconhecimento de todos os títulos de seus antecessores, a dispensa de qualquer tributo e a licença de fortificar a Judéia. O povo o reconhece como sumo-sacerdote, comandante e governador, e em 170 da era selêucida, 142-1 a. C., começa a datar os acontecimentos pelo ano 1.º de Simão (1 *Mac.* 13, 41s). Com isto está praticamente assegurada e reconhecida a independência judaica. Simão com dois de seus filhos morre assassinado por seu genro Ptolomeu (1 *Mac.* 13, 1-16, 17).

11. — Sucede-lhe seu filho João Hircano, que governa durante 31 anos (134-104). Durante o seu govêrno vemos as primeiras manifestações dos fariseus (6). Deixa êle a Judéia forte e próspera a seu filho Aristóbulo I. Com êle o movimento macabeu terá atingido o seu auge e começa a declinar, degenerando de movimento religioso-patriótico em movimento meramente político-dinástico. Depois de breve reinado de um ano (104-103) sucede-lhe seu irmão Alexandre Janeu, libertado da prisão em que o metera Aristóbulo, pela mulher dêste, Alexandra Salomé, que parece ter-se tornado mulher de Alexandre. Dêste último existem moedas que atestam ter êle, talvez o primeiro, usado o nome de rei (7). Depois de um govêrno de 27 anos (103-76), cheio de guerras de conquista e de arbitrariedades cometidas contra o próprio povo, sucede-lhe Alexandra Salomé (76-67).

12. — Durante o govêrno desta, sempre cresce mais a ascendência dos fariseus e durante êste govêrno inicia-se o começo do fim da dinastia hasmonéia. Com efeito, Alexandra havia feito sumo-sacerdote a seu filho mais velho Hircano, homem fraco e amante do socêgo, afastando dos negócios públicos a seu filho Aristóbulo, homem corajoso e ativo. Êste se pôs à testa da oposição. Ainda em vida de sua mãe apossa-se de várias praças fortes e angaria um exêrcito. Apenas morta

(6). — Em 1 *Mac.* 16, 18-24 narram-se os inícios do govêrno de João Hircano. Para a história posterior nossa fonte principal será Flávio José. Em se tratando nesta introdução apenas de traçar em grandes linhas o desenvolvimento político da Judéia desde a conquista de Alexandre até o ponto em que entramos na matéria de nossa história, contentamo-nos com uma referência geral às obras citadas na bibliografia geral.

(7). — G. Ricciotti 340.

Alexandra estoura a guerra civil. Aristóbulo apossa-se do governo e do sumo-sacerdócio, relegando a Hircano à vida particular no pleno gozo de suas rendas, com o que êste a princípio se conforma.

13. — E' aqui que, abruptamente, entra em cena a casa de Herodes. O pai dêste, Antípater, filho de outro Antípater, que fôra governador da Iduméia, persuade a Hircano a refugiar-se em Petra, capital do reino dos nabateus. Sendo êle, Antípater, amigo do rei Aretas III, convence a êste a mover guerra contra Aristóbulo II, que é vencido e depois assediado em Jerusalém. Neste momento fatal são os romanos que começam a ingerir-se positivamente nos negócios da Palestina, para dêles nunca mais se desinteressar. Já em 65 a. C. a Síria havia sido reduzida à província romana por Pompeu. Êste envia diante de si a Damasco seu legado Marco Emílio Escauro, que, farejando a ocasião propícia para os romanos, no dizer de José (G. 1, 6, 2 §127), desce à Judéia, decide-se a favor de Aristóbulo II, e força a Aretas a levantar o cêrco de Jerusalém.

14. — Em 63 o próprio Pompeu vai a Damasco, onde recebe delegações dos irmãos inimigos e também do povo judaico. Êste pede a abolição da monarquia e a restauração do governo sacerdotal. Diferindo a decisão, Pompeu marcha com Aristóbulo contra os nabateus, mas a fuga de Aristóbulo durante a marcha decide-o a seguí-lo para Jerusalém. A cidade é entregue pelos partidários de Hircano, mas o templo é defendido pelos partidários de Aristóbulo e tomado depois de um cêrco de três meses. Pompeu é o primeiro romano a entrar no Santo dos Santos, sem, todavia, tocar no tesouro do templo (8). Os muros de Jerusalém são em parte destruídos e todo o país é submetido aos romanos. Hircano II é reinstalado como sumo-sacerdote e nomeado etnarca da Judéia. As cidades helênicas do litoral e da Transjordânia são declaradas livres, bem como Samaria e Scitópolis (= Beisan), e incorporadas à província da Síria, sujeita sucessivamente aos legados Marco Escauro (65-62), Léntulo Marcelino (59-58) e Aulo Gabínio (57-55).

15. — Aristóbulo II com seus filhos Alexandre e Antígono foram levados a Roma para figurar no triunfo de Pompeu e assim muitos dos judeus prisioneiros de guerra, que se in-

(8). — Tácito, *Historiarum* 5, 9: Romanorum primus Cn. Pompeius Judaeos domuit templumque iure victoriae ingressus est: inde vulgatum nulla intus deum effigie vacuam sedem et inania arcana.

tegraram à primeira comunidade judaica de Roma. Alexandre escapou durante a viagem para Roma. Dois levantes seus foram submetidos pelos romanos, bem como um levante de seu pai Aristóbulo, que conseguira evadir-se de Roma com seu filho Antígono. E' enviado novamente a Roma com seus filhos, os quais, todavia, foram soltos pelo Senado a pedido de Gabínio, voltando à Judéia.

16. — Na Palestina Hircano II governava de nome, o idumeu Antípater de fato. Foi então que começou a estabelecer-se a sólida amizade entre Roma e a casa de Herodes. Daí em diante a Palestina não só entrou definitivamente na órbita dos interesses romanos, mas ainda todos os grandes nomes romanos, a começar por Pompeu, estão ligados à sua história, devido à sua importância estratégica como baluarte avançado da fronteira do império. Antípater, por sua vez, prestou relevantes serviços aos romanos na campanha de Escauro contra os nabateus em 62 e na de Gabínio, governador da Síria, contra o Egito em 55, bem como durante os levantes frustrados de Alexandre e Aristóbulo.

17. — Em 54 Licínio Crasso, então no govêrno da Síria, para financiar sua campanha contra os partas, tira do templo 2.000 talentos em dinheiro e objetos de ouro no valor de 8.000 talentos. O levante conseqüente foi supresso por seu sucessor, Cássio Longino, que vendeu 32.000 judeus como escravos. Pouco depois estala a guerra civil entre César e Pompeu. O primeiro, apoderando-se de Roma, solta a Aristóbulo II a fim de enviá-lo com duas legiões à Síria, que permanecia favorável a Pompeu. Aristóbulo é envenenado pelos partidários de Pompeu e seu filho Alexandre é decapitado em Antioquia por ordem de Pompeu.

18. — Apenas êste último encontra a morte nas praias do Egito, Antípater, prevendo a vitória de César, bate-se do lado dêste, e pouco depois ajuda-o decisivamente, talvez no momento mais crítico de sua carreira (9). César, com efeito, desembarcando em 48 em Alexandria com poucas tropas, começa a ingerir-se nos negócios internos do Egito. Isto provoca um levante dos partidários de Ptolomeu XII, e César sofre um assédio de seis meses no quarteirão do palácio real, devendo até incendiar seus navios, o que lhe cortava definitivamente tôdas as retiradas. Aproxima-se Mitridates de Pérga-

(9). — G. Ricciotti 365.

mo com fôrças auxiliares. Para, porém, em Ascalão, provavelmente por saber que lhe seria negada passagem em Pelúcio. Nesta altura ajunta-se-lhe Antípater com 3.000 judeus, dirige a travessia do deserto, alicia para o partido de César os xeqes árabes, toma parte decisiva na tomada de Pelúcio, e persuade os judeus do Egito, alegando ordens de Hircano II, a declarar-se por César e a fornecer de víveres o exército dês-te. Enfim, toma parte decisiva na batalha de Alexandria e na conseqüente libertação de César.

19. — A gratidão dêste foi imensa e eficaz. Em 47 passa pela Judéia e ainda na Síria concede aos judeus favores enormes, confirmados pelo Senado em 44. Hircano II é declarado sumo-sacerdote hereditário com todos os direitos e privilégios de seus antecessores e etnarca da Judéia; êle e seus filhos são proclamados aliados e amigos dos romanos. Êstes não podiam armar quartéis de inverno em território judaico nem recrutar aí tropas auxiliares. Os muros de Jerusalém podiam ser reconstruídos. Jafa e outras cidades eram restituídas. Os dízi-mos deviam ser pagos a Hircano e seus filhos, como haviam sido pagos aos hasmoneus seus antecessores. Aos judeus em geral concedia-se o direito de viver em tôda a parte conforme seus costumes próprios e o de reunir-se livremente e de organizar coletas para os seus convívios e sacrifícios. A 'Antípater em particular concedeu-se o direito de cidadão romano e a isenção de impostos, sendo ainda nomeado procurador da Judéia, isto é, coletor dos impostos e administrador das finanças.

20. — Em 44 César é assassinado e começam as lutas entre seus vingadores e seus assassinos, e, enfim, a luta decisiva entre seu filho adotivo, Caio Otaviano, o futuro imperador Augusto, de uma parte, e Marco Antônio e Cleópatra do Egito, do outro, lutas que terminam com a vitória de Otaviano e seu govêrno único, vitória que garantirá ao mesmo tempo a Herodes, depois de várias vicissitudes, a posse definitiva do reino da Judéia. Com êstes acontecimentos, porém, já nos adentramos no período da história, de que se occuparão as páginas seguintes, período que começará pela exposição das origens de Herodes, chamado o Grande, sua primeira atividade política e sua luta pelo trono da Judéia.

§ 2. — Objeto e divisão.

21. — A história da Palestina nos tempos do Novo Testamento costuma tratar-se de modo especial na disciplina rela-

tivamente recente a que se deu o nome de **Neutestamentliche Zeitgeschichte** — História da Idade do Novo Testamento ou História Contemporânea do Novo Testamento. O próprio nome desta disciplina sugere que ela deve sua origem ao interesse especial pelo Novo Testamento, a motivos exegéticos e, por conseguinte, religiosos. Com efeito, a História da Idade do Novo Testamento é tratada, de modo mais ou menos completo, como disciplina auxiliar nos cursos bíblicos especializados, e não é de admirar, que a maioria dos autores que dela se ocupam sejam ministros de suas respectivas religiões, ou, então, exegetas.

22. — De fato, a disciplina como tal nasceu de uma controvérsia religiosa, isto é, da reação contra a tese de Ferdinand Christian Baur († 1860), fundador da escola nova de Tübingen, conforme o qual o Cristianismo primitivo seria o resultado da dissolução do império romano (10). Em oposição a esta tese o teólogo luterano alemão Matthias Schneckenburger, professor de exegese do Novo Testamento, contratado pela universidade de Berna, começou a dar nesta universidade um curso, regularmente repetido, que êle anunciou sob o nome de **Neutestamentliche Zeitgeschichte**, curso que se ocupava com a situação geral do mundo romano nos tempos da fundação e da primeira expansão do Cristianismo. Suas preleções foram publicadas depois de sua morte, por Th. Löhlein com o título: **Vorlesungen über neutestamentliche Zeitgeschichte** (Frankfurt a.M. 1862) (11).

23. — Um contemporâneo católico de Schneckenburger, Johann Joseph Ignaz Döllinger, publicava em 1857 obra semelhante: **Heidenthum und Judenthum. Vorhalle zur Geschichte des Christenthums** (Regensburg 1857), onde tenta estudar os ambientes pagão e judaico, para encontrar resposta aos quesitos seguintes: Qual o ambiente encontrado pelo Cristianismo primitivo? Quais as doutrinas que podiam servir de pontos de contacto? Quais as circunstâncias que lhe abriam as estradas, facilitavam e auxiliavam sua expansão? Quais os impedimentos, preconceitos e erros a vencer, os adversários a combater, os males a curar? Qual, enfim, a reação do paganismo? (12).

24. — Desde então os manuais, por vèzes volumosos, de História da Idade do Novo Testamento têm-se multiplicado.

(10). — H. Preisker, 1.

(11). — *Ib.* Ver também Hundeshagen, art. *Schneckenburger, Matthias*: *Realencyclopädie für protestantische Theologie und Kirche*, 3. ed., vol. 17, 668.

(12). — *Obra cit.*, p. IV.

Seu conteúdo, naturalmente, varia conforme o conceito que os diversos autores formam da **História da Idade do Novo Testamento**, conceito que não raro está sujeito a preconceitos de ordem religiosa. Aquêles, com efeito, que pensam poder demonstrar que o Cristianismo primitivo deve muitos de seus elementos a influências estranhas, como por exemplo às religiões orientais, aos mistérios gregos, etc., procurarão incluir a descrição dêstes e de outros fenômenos em suas obras. O mesmo farão aquêles que querem dar a maior amplidão possível à matéria, e dar um quadro completo do império romano na época do Novo Testamento, como o faz J. Felten, em sua **Neutestamentliche Zeitgeschichte** (2 vols., 2 e 3 ed., Regensburg, 1925) (13).

25. — Outros incluem na História da Idade do Novo Testamento a própria vida de Jesus e a sua mensagem e ainda a expansão do Cristianismo primitivo, como A. Hausrath (14), enquanto outros se limitam mais a estudar a história do povo judaico na época do Novo Testamento, na Palestina e na diáspora, em todos os seus aspectos, como E. Schürer, em sua clássica **Geschichte des jüdischen Volkes im Zeitalter Jesu Christi** (15). Enfim, pode-se dizer que o conceito de História da Idade do Novo Testamento varia um tanto com os diversos autores: H. Preisker exige a maior amplidão na matéria tratada, contentando-se na parte histórica com táboas cronológicas (16). R. H. Pfeiffer dá um breve apanhado histórico, para dedicar o resto de sua obra à história literária, sobretudo dos apócrifos (17). P. Wendland deixa completamente de lado a parte histórica, consagrando seu livro ao estudo da cultura helenística e romana em suas relações com o judaísmo e o Cristianismo

(13). — Tradução italiana: *Storia dei tempi del Nuovo Testamento*, 2. ed., 4 vols., Torino, 1932.

(14). — *Neutestamentliche Zeitgeschichte*, 2. ed., 4 vols., Heidelberg, 1873-1877.

(15). — 4. ed., 4 vols., Leipzig, 1901-1911. A 1. ed. de 1874 levava o título mais amplo de *Lehrbuch der neutestamentlichen Zeitgeschichte*. Da obra de E. Schürer existe uma tradução inglesa, aproveitada aqui, publicada em Nova Iorque sem indicação de ano: *A History of the Jewish People in the Time of Jesus Christ*. Conforme R. H. Pfeiffer 531 a edição é de 1886-1890. Sem se tratar, por conseguinte, de tradução da última edição alemã, é ela sempre útil, pela abundância do material coligido, para quem não tem acesso ao original. As referências dos autores à última edição alemã comparadas com as da tradução mostram que elas coincidem na maioria dos casos. A tradução foi publicada do seguinte modo: *First Division* (Two Volumes in One), *Second Division* (Three Volumes in One). Para facilitar as referências citam-se os volumes de 1 a 5, correspondendo, por conseguinte, os volumes 3, 4 e 5 aos volumes 1, 2 e 3 da *Second Division*.

(16). — *Neutestamentliche Zeitgeschichte*, Berlin, 1937.

(17). — *History of New Testament Times with an Introduction to the Apocrypha*, New York, 1949.

(18). Outros se restringem à história ou procuram ainda incluir o estudo de certos aspectos da teologia judaica (19). U. Holzmeister em sua **Historia Aetatis Novi Testamenti** (2. ed., Roma, 1938) expõe a história política dos judeus da Palestina na época de Jesus e dos Apóstolos e descreve as instituições religiosas judaicas na mesma época.

26. — Será esta precisamente a matéria que deverá ser o objeto destas páginas, com a diferença de que não lhe damos o nome de História da Idade do Novo Testamento, que supõe matéria mais vasta, mas mais exatamente o de **História da Palestina nos tempos do Novo Testamento**, o que limita a matéria a uma parte apenas da História da Idade do Novo Testamento, enquanto examina os acontecimentos históricos que se deram no tempo de Jesus e dos Apóstolos. Devendo tratar de Herodes, chamado o Grande, remontaremos naturalmente até os inícios de sua vida, o que nos levará ao tempo antes do nascimento de Jesus. Por outro lado, é costume prostrar a história dos judeus da Palestina para além do tempo do último Apóstolo, São João, até 135 d. C., ano que marcou o fim da nação judaica por quase 2.000 anos com a repressão da revolta de Simão Bar-Cochba por Adriano.

27. — Nossa história, portanto, faz parte da história profana, porque, ainda que estudemos também a história religiosa dos judeus na época que acabamos de definir, não é sob o ponto de vista da teologia judaica e de sua vida religiosa como tal, mas sob o ponto de vista de suas instituições religiosas, o sumo-sacerdócio, o sacerdócio, o sinédrio, as seitas judaicas, enquanto elas são instituições de caráter sacro-político e como tais influíram na história política da Palestina. Por outro lado, se nossa história tem por fim ilustrar a história do Novo Testamento, e se usa o Novo Testamento para completar as lacunas dos historiadores profanos, não tem ela o fim apologético de demonstrar a verdade histórica do Novo Testamento, o que pertence à exegese e à teologia, mas apenas o de apresentar os fatos históricos em sua ordem cronológica e do modo mais completo possível. Isto não impede que se procure

(18). — *Die Hellenistisch-römische Kultur in ihren Beziehungen zu Judentum und Christentum* (Handbuch zum Neuen Testament, 1. Band, 2. Teil), 2. e 3. ed., Tübingen, 1912.

(19). — À primeira categoria pertencem as obras de G. Ricciotti, *Storia d'Israele*, 3. ed., 2 vols., Torino 1938; F.-M. Abel, *Histoire de la Palestine depuis la conquête d'Alexandre jusqu'à l'invasion arabe*, 2 vols., Paris, 1952; à segunda a de M.-J. Lagrange, *Le Judaïsme avant Jésus-Christ*, Paris, 1931.

harmonizar os dados profanos com os do Novo Testamento, quando parecem contradizer-se.

28. — Cumpre definir ainda mais de perto o que entendemos aqui por Novo Testamento. Para todos os cristãos, isto é, para todos aquêles que crêm na divindade de Jesus e na perpetuação de sua mensagem e de suas instituições na Igreja, qualquer que esta seja, o Novo Testamento designa a Nova Aliança instituída por Jesus na Última Ceia e selada com o seu sangue na cruz. Dêste modo a Nova Aliança substitui a Antiga Aliança instituída por Moisés no Sinai e perpetuada na comunidade judaica até Jesus e ainda até os dias de hoje. Tomada neste sentido a Nova Aliança designa para os cristãos toda a nova ordem de coisas inaugurada por Jesus, à qual êle mesmo prometeu a permanência até a consumação dos séculos (Mt. 28, 20). Neste sentido, portanto, a história dos tempos do Novo Testamento seria a descrição do desenvolvimento das instituições legadas por Jesus e sua influência no mundo; seria a história da Redenção e salvação do gênero humano durante todo o tempo da Nova Aliança; confundir-se-ia, enfim, com a História Eclesiástica (20).

29. — Tomaremos aqui a expressão **Novo Testamento** em outro sentido, isto é, como a designação daqueles livros sagrados, que na Bíblia cristã levam o nome complexo de Novo Testamento, em que se descrevem precisamente as circunstâncias da vida de Jesus e dos Apóstolos, e também a instituição da Nova Aliança, enquanto oposta à Antiga, que se descreve em sua instituição e sua continuação na comunidade judaica até Jesus nos livros do Antigo Testamento. Neste sentido, portanto, a história dos tempos do Novo Testamento limita-se para nós ao tempo dos fatos descritos nos livros do Novo Testamento. Por outro lado, como os livros do Novo Testamento não são relações estritamente contemporâneas aos fatos narrados, incluímos ainda todo o tempo em que se compuseram os livros do Novo Testamento, o que nos leva até à morte do último dos Apóstolos, São João. Incluímos assim todo o tempo da vida de Jesus e dos Apóstolos, a que se dá o nome de idade apostólica. Para arredondarmos o objeto de nossa história, incluímos ainda, como ficou dito, a história da Palestina até 135 d. C., ano que viu a destruição da nação judaica até os dias de hoje, e remontamos até às origens da casa de Herodes.

30. — Concluindo a delimitação do objeto de nossa história, podemos dizer o seguinte: mesmo debaixo do ponto de vista da história meramente profana, pode considerar-se a história da Palestina nos tempos do Novo Testamento sob dois aspectos. Quem se interessa, por qualquer motivo, pela vida de Jesus e os primórdios do Cristianismo, verá na história da Palestina nos tempos do Novo Testamento um suplemento útil para a maior inteligência do ambiente palestinese daquêles tempos. Outros, pelo contrário, interessar-se-ão pela história, em determinada época, de uma parcela do império romano, pequena, sim, mas de importância vital para o império sob o ponto de vista político e estratégico, e verão nela um exemplo de como funcionava o império romano em uma de suas dependências no auge de seu esplendor. Interessar-se-ão, outrossim, pela história efêmera de uma casa real que surgiu do nada e desaparecerá no nada, mas que tem a vantagem sôbre muitas outras daquela e de outras épocas, por estarmos muito bem informados sôbre ela.

31. — Para os que se interessam mais pela vida de Jesus e os primórdios do Cristianismo, a história da Palestina naqueles tempos servirá apenas de cenário, onde se desenrolaram os acontecimentos que a êles se referem, e as personagens históricas profanas, que nele comparecem, reduzem-se a meros comparsas em um drama, que profundamente afetou a história do mundo. Para os outros, ao invés, o comparecimento de Jesus e do Cristianismo é apenas um fenômeno entre muitos outros, fenômeno que se deu em determinada época e em determinado lugar, mas que tão pouco os interessa, como interessou ou afetou as autoridades na longínqua Roma. Tratando aqui da história da Palestina nos tempos do Novo Testamento sob o ponto de vista meramente histórico, conservamos no meio.

32. — Dividimos de um modo geral a nossa história em duas partes, tratando a primeira da história política da Palestina nos tempos do Novo Testamento, a segunda das instituições religiosas judaicas contemporâneas. A primeira parte deverá descrever o reinado de Herodes, chamado o Grande (40-4 a. C.); a divisão de seu reino entre seus três filhos sucessores, Arqueláu, Herodes Antipas e Filipe (4 a. C.-39 d. C.); a Judéa administrada pela primeira vez por procuradores romanos (6-41 d. C.); o reinado de Herodes Agripa I (37-44 d. C.); o reinado de Herodes Agripa II (49-c. 93 d. C.); a Judéa pela segunda vez sob o govêrno de procuradores romanos (44-

66 d. C.). O estudo das cidades da Decápole e de outras cidades helenísticas da Palestina deverá completar o quadro descritivo da época. Enfim, segue-se a descrição da guerra judaica e da destruição de Jerusalém (66-73 d. C.), e da época posterior a êstes acontecimentos até 135 d. C. (21).

33. — A segunda parte deverá, antes de tudo, ocupar-se com a posição dos sumo-sacerdotes na época dos reis herodianos e dos procuradores de Roma, seus nomes e os fatos pelos quais alguns dêles se evidenciaram na história. Em seguida, tratar-se-á dos simples sacerdotes, dos levitas, dos funcionários e servidores do templo; do sínédrio e de sua importância como supremo corpo legislativo e judiciário da nação; das seitas ou partidos político-religiosos, fariseus, saduceus, zelotas e herodianos. A êstes segue-se o estudo do movimento ascético-monástico dos essênios, movimento sôbre o qual nova luz se projetou com a publicação, em 1910, dos **Fragmentos Zadoquíticos** ou **Documento de Damasco** e a descoberta, de 1947 para cá, dos **Rolos do Mar Morto**. Enfim, tratar-se-á do culto público prestado a Deus no templo e nas sinagogas, da origem destas últimas, de sua organização e de sua importância na vida religiosa do povo judaico.

§ 3. — Fontes escritas ou documentos.

34. — As fontes da história dos tempos do Novo Testamento podem dividir-se em duas categorias, em fontes literárias ou documentos e fontes arqueológicas ou monumentos. As fontes literárias ou documentos incluem: I. Os livros canônicos do Novo Testamento. — II. As obras de Filón de Alexandria. — III. As obras de Flávio José. — IV. A literatura rabínica. — V. Os escritores gregos e latinos dos primeiros séculos d. C.

Os livros apócrifos do Antigo e do Novo Testamento poucas alusões históricas contêm relativas ao período que nos ocupa, e são antes de tudo fontes para o conhecimento da história re-

(21). — Note-se que a Judéia pode tomar-se em sentido mais largo, designando por exemplo todo o reino de Herodes ou praticamente tôda a Palestina, e em sentido mais restrito, designando apenas a tetrarquia de Arqueláu, filho de Herodes, confiada a procuradores romanos depois de sua deposição em 6 d. C., continuando Herodes Antipas e Filipe em suas respectivas tetrarquias. Os autores gregos e romanos, bem como os escritores eclesiásticos, geralmente identificam *Palestina* e *Judéia*, cf. F.-M. Abel, *Géographie* I, 312-315. Note-se ainda que alguns dos capítulos a tratar separadamente, descrevem, no entanto, acontecimentos contemporâneos. Assim, por exemplo, enquanto a Judéia em sentido mais restrito (Judéia, Samaria, Galiléia, Peréia) estava sendo governada pela segunda vez de 44-66 d. C. por procuradores romanos, Herodes Agripa II governava em seus diversos reinos de 49 em diante.

ligiosa do povo judaico e de sua teologia. Os **Fragmentos Zadoquíticos** ou **Documento de Damasco** e os **Rolos do Mar Morto** ocupar-nos-ão ao tratarmos dos essênios.

Ocasionais referências à história de nosso período encontram-se também nos **papiros**, como no papiro 1912 de Londres do ano 41 d. C., em que o imperador Claudio trata das relações entre gregos e judeus em Alexandria.

Tratando-se separadamente de cada uma das fontes escritas e arqueológicas e das disciplinas auxiliares, indicar-se-ão os subsídios bibliográficos essenciais ou de mais fácil acesso.

35. — I. **Os livros canônicos do Novo Testamento** — Os livros canônicos do Novo Testamento são todos aqueles que a Igreja dos primeiros séculos pouco a pouco incorporou no canon do Novo Testamento e como tais foram transmitidos pelos códices. São os seguintes: os quatro Evangelhos (São Mateus, São Marcos, São Lucas, São João); os Atos dos Apóstolos (igualmente da autoria de São Lucas); treze Epístolas de São Paulo (uma aos romanos, duas aos coríntios, uma aos gálatas, uma aos efésios, uma aos filipenses, uma aos colossenses, duas aos tessalonicenses, duas a Timóteo, uma a Tito, uma a Filêmon); a Epístola aos hebreus, em geral também atribuída a São Paulo; sete Epístolas de vários Apóstolos, chamadas católicas (uma de São Tiago, duas de São Pedro, três de São João, uma de São Judas); o Apocalipse de São João.

36. — Fora do Evangelho de São Mateus, escrito em hebraico ou no dialeto aramaico-palestinense, todos os livros do Novo Testamento foram escritos em grego. O original de São Mateus perdeu-se, sendo substituído por antiga tradução grega. Dêstes 27 livros do Novo Testamento somente 5 são propriamente históricos: os 4 Evangelhos e os Atos dos Apóstolos. Os outros só contêm referências históricas esporádicas, mas são contribuições valiosas para o estudo da evolução interna da Igreja primitiva.

Pertence aos tratados de introdução aos livros do Novo Testamento e aos comentários o estudo da canonicidade, da autenticidade, da historicidade e da integridade de cada um dêstes livros, que aqui só nos interessam como fontes históricas, que completam os dados fornecidos pela história profana, como são por sua vez completadas por esta.

Os três primeiros Evangelhos têm muitas partes em comum, a tal ponto que se podem colocar estas partes lado a lado para obter uma visão de conjunto e facilitar a comparação dos tex-

tos. Tal **visão de conjunto** é chamada **sýnopsis** em grego, e daí os três primeiros Evangelhos se chamarem sinóticos.

37. — Sendo o Novo Testamento o livro mais copiado na Antigüidade, é lógico que na transmissão manuscrita seja um dos livros que mais variantes apresentam. Se tôdas as palavras do Novo Testamento não chegam a 150.000, as variantes são cêrca de 200.000. As causas destas variantes, que podem dividir-se em intencionais e não-intencionais, estudam-se no tratado da arte crítica, onde também se apresentam os princípios para julgá-las. Note-se, contudo, que a imensa maioria destas variantes se refere à ortografia, à posição das palavras, à mudança de partículas, a omissões do artigo e diferenças gramaticais, que não influem no sentido do texto. Talvez umas 200 variantes influem no sentido do texto em coisas acessórias e talvez umas 15 se referem a verdades dogmáticas (22).

38. — Êste estado de coisas exigia a elaboração de edições críticas do Novo Testamento, trabalho que se vem fazendo desde a Renascença. As edições críticas baseiam-se em argumentos de crítica interna e externa, no estudo da idade dos papiros e dos códices e da autoridade das diversas famílias de códices, na apreciação das traduções antigas e das citações patristicas e de seu valor para a restituição do texto original, etc. Como resultado dêste trabalho de vários séculos possuímos hoje um texto do Novo Testamento que é o que mais se aproxima do original, uma vez que os diversos críticos, embora trabalhando segundo métodos diversos, chegaram quase sempre aos mesmos resultados, também em coisas mínimas (23). A vantagem das edições críticas está em que o editor não impinge simplesmente ao leitor o texto por êle escolhido, mas deixa-lhe a liberdade de escolher por si mesmo, pelo fato de apresentar as variantes ao pé da página no aparato crítico mais ou menos completo. Em geral, estas edições também apresentam a edição crítica da versão latina da Vulgata, revista por São Jerônimo.

39. — **Edições críticas recentes do Novo Testamento.** — B. F. Westcott-F. J. A. Hort, **The New Testament in the Original Greek** (Students Edition with Lexicon), New York 1925; E. Nestle, **Novum Testamentum Graece**, 21. ed., Stuttgart 1952 (com introdução em alemão, latim, inglês e norueguês). Publi-

(22). — Ver por exemplo H. Höpfl-B. Gut, *Introductio Generalis in Sacram Scripturam*, 5. ed., Neapoli-Romae 1950, 294s; A. Vaccari, *De Textu: Institutiones Biblicae Scholis Accommodatae*, vol. 1.º, De S. Scriptura in Universum, 6. ed., Roma 1951, 274.

(23). — H. Höpfl-B. Gut, *ib.* 295; A. Vaccari, *ib.* 275.

cado também, com aparato crítico reduzido, pela **British and Foreign Bible Society** de Londres, de 1904 para cá; id., **Novum Testamentum Graece et Latine**, 16. ed., Stuttgart 1954; A. Merk, **Novum Testamentum Graece et Latine**, 7. ed., Romae 1951 (com introdução latina); H. J. Vogels, **Novum Testamentum Graece et Latine**, 3. ed., Friburgi Brisgoviae 1950; J. M. Bover, **Novi Testamenti Biblia Graeca et Latina**, 3. ed., Matri-ti 1953. — **Algumas sinopses dos Evangelhos**: W. Larfeld, **Griechische Synopse der vier neutestamentlichen Evangelien**, Tübingen 1911; M.-J. Lagrange, **Synopsis Evangelica**, Barcelona 1926; C. Lavergne, **Synopse des quatre Évangiles en français d'après la synopse grecque du R. P. M.-J. Lagrange**, Paris 1927; P. Vannutelli, **Evangelia synoptice secundum Graecum textum disposita**, Torino 1936; id., **Sinossi degli Evangelii**, 2. ed., Roma 1939. — Os manuais de introdução aos livros do Novo Testamento informam sobre concordâncias do Novo Testamento, manuais de crítica textual, gramáticas do grego bíblico, dicionários do grego bíblico, comentários aos livros do Novo Testamento, etc.

40. — II. **As obras de Filón de Alexandria.** — Se conhecemos as obras de Filón, e, portanto, seu sistema filosófico e a influência imensa que exerceu sobre os escritores eclesiásticos antigos por meio de sua exegese alegórica, pouco sabemos sobre sua pessoa. Era natural de Alexandria e pertencia a uma das famílias judaicas mais ilustres da cidade. Era irmão do alabarca Alexandre Lisímaco, o qual se distinguia entre seus concidadãos por nobreza e fortuna (A. 18, 8, 1 § 259; 20, 5, 2 §) (24). Era este último procurador de Antônia, mãe de Cláudio e filha de Marco Antônio (A. 19, 6, 1 § 276), e ainda grande financista, que emprestou enorme soma de dinheiro a Herodes Agripa I, o qual, por sua vez, deu sua filha Berenice como mulher a Marcos, um dos filhos de Alexandre (A. 18, 6, 3 § ; 19, 5, 1 § 276). Outro filho de Alexandre, Tibério Alexandre, apostatou da fé judaica, e chegou a ser sucessivamente procurador da Judéia (c. 46-c. 48 d. C.; A. 20, 5, 2 § 100), prefeito do Egito, onde desempenhou papel importante na proclamação de Vespasiano (G. 4, 10, 6 § 616-618; 2, 11, 1 § 220 e 15, 1 § 310), e chefe do estado maior de Tito no final da campanha contra Jerusalém (G. 6, 5, 3 § 237).

(24). — Discute-se sobre o significado exato do termo *alabarca*. Talvez seja idêntico a *arabarca*, título que designava o chefe da alfândega do lado árabe do Nilo, isto é, a região para o lado da Palestina, cf. Cícero, *Ad Atticum* 2, 17; Juvenal, *Satyra*, 1, 130; *Codex Justiniani* 4, 61, 9 e E. Schürer 4, 280²⁰¹; J. Felten 1, 277⁵.

41. — Filón, que, conforme alguns escritores eclesiásticos, teria sido de família sacerdotal (25), pouco fala de si mesmo em suas obras. Menciona uma visita sua a Jerusalém para oferecer preces e sacrifícios (26), e diz-nos ter aprendido o método alegórico da exegese bíblica com vários doutores (27), o que pode referir-se aos sermões ouvidos na sinagoga (27a). Só em idade avançada viu-se obrigado a desempenhar uma missão política, quando teve que encabeçar a embaixada dos judeus alexandrinos a Calígula em 38 d. C., para pedir a intervenção dêste nas lutas entre judeus e alexandrinos, provocadas e fomentadas pelo prefeito A. Avílio Flaco (A. 18, 8, 1 §). A esta sua missão política devemos suas duas obras históricas **Contra Flaccum** e **Legatio ad Gaium**. Como êle nesta última obra se chama de ancião (28), o que supõe a idade de 60-70 anos, terá nascido c. 32-31 a. C., falecendo provavelmente debaixo do govêrno de Cláudio c. 41 d. C. (29).

42. — Filón é, em tudo, certamente mais simpático que seu patrício Flávio José. Seu entusiasmo pela filosofia grega em nada obsteu a que continuasse a ser um judeu profundamente crente e piedoso, para quem o Antigo Testamento continha a verdadeira revelação divina, da qual provinham até as verdades contidas nos escritos filosóficos e nos mitos dos

(25). — São Jerônimo, *De Viris Illustribus*, c. 11 (PL 23, 658B); Fócio de Constantinopla, *Bibliotheca*, Codex 105 (PG 103, 373B).

(26). — *De Providentia*, Fragmento 2, § 64.

(27). — *De Abraham* 20, § 99; *De Josepho* 26, § 151; *De Specialibus Legibus* 1, 2, § 8.

(27a). — W. Schmid-O. Stählin, *Geschichte der griechischen Litteratur*, vol. 2^a p. 1, 6. ed., München 1920, 625.

(28). — *Legatio ad Gaium* 1, § e 28, §.

(29). — Ver E. Schürer 5, 219. 221. 243s. 321-381; M.-J. Lagrange 542-581; J. Felten 1, 578-592; U. Holzmeister 8; R. H. Pfeiffer 206s. 221-224; W. Schmid-O. Stählin, ib. 625-656. — Pertence ao reino das fábulas a notícia de que Filón em uma segunda visita a Roma se tivesse encontrado com São Pedro e se tivesse feito cristão (Eusébio, *Historia Ecclesiastica*, 1. 2, c. 17, 1 [PG 20, 173B]; São Jerônimo, *De Viris Illustribus*, c. 11 [PL 23, 658C]; Fócio de Constantinopla, *Bibliotheca*, Codex 105 [PG 103, 373B]). Difícilmente pode admitir-se que já então as idéias cristãs se tivessem espalhado a ponto de poder ter influenciado a Filón (J. Felten 1, 580). O fato de Filón descrever certos aspectos judaicos do Egito, a que deu o nome de *Terapeutas* (*De Vita Contemplativa*), levou os escritores cristãos a ver neles os primeiros cristãos de Alexandria debaixo de São Marcos Evangelista (Eusébio, *Historia Ecclesiastica*, 1. 2, c. 16 e 17 [PG 20, 173B-184B]; São Jerônimo, ib. [PL 23, 658C-659A]; Fócio [ib. 373B]), o que, por sua vez, os confirmou na crença de que o próprio Filón fôsse cristão (ver ainda Anastásio Sinaita, *Contemplationes Anagógicas in Hexaemeron*, 1. 7 [PG 89, 962]). Já Santo Agostinho notava que nada há de cristão nas obras de Filón (*Contra Faustum Manichaeum*, 1. 12, c. 39 [PL 42, 274]), e o fato de São Marcos ter sido o primeiro bispo de Alexandria é sumamente problemático (ver H. Höpfl-B. Gut-A. Metzinger, *Introductio Specialis in Novum Testamentum*, 5. ed., Neapoli-Romae 1949, 69).

gregos. Sua filosofia é eclética, contendo elementos estoicos e neo-platônicos, mas sobretudo platônicos. Em seu estilo e em sua doutrina chegou a parecer-se tanto com Platão, que os gregos chegavam a duvidar se era Platão que filonizava, ou se era Filón que platonizava (30). Suas obras dividem-se em três grupos: 1. Obras de caráter puramente filosófico; 2. Obras exegéticas, sobretudo seu comentário alegórico ao Pentateu-co; 3. Obras apologético-históricas. Destas últimas nos interessam: **Contra Flaccum**; **Legatio ad Gaium**; **Hypothetica**, conservada em fragmentos por Eusébio de Cesaréia (31). O título original desta obra parece ter sido: **Sôbre os Judeus**, ou **Apologia a favor dos Judeus**, sendo talvez parte de obra maior. A obra **De Vita Contemplativa** trata dos Terapeutas. Das obras filosóficas nos interessa **Quod Omnis Probus Liber Sit**, onde se fala dos essênios (32).

43. — **Edições e traduções.** — Th. Mangey, **Philonis Judaei Opera**, 2 vols., London 1742 (edição que ainda hoje por vêzes se cita, e cujas páginas costumam indicar-se na margem das hodiernas edições críticas ou práticas); L. Cohn-P. Wendland — S. Reiter-J. Leisegang, **Philonis Alexandrini Opera Quae Supersunt**, 7 vols., Berolimi 1892-1930; L. Cohn e outros, **Schriften der jüdisch-hellenistischen Literatur in deutscher Übersetzung**, 4 vols., Breslau 1909-1923; F. H. Colson-G. H. Whitaker, **Philozith an English Translation**, 9 vols., (Loeb Classical Library), Cambridge, Mass.-London 1929-1941 (várias reimpressões; o vol. 10 deverá conter a **Legatio ad Gaium** e os índices); R. Marcus, **Philo. Supplement**, 2 vols., London-Cambridge, Mass. 1953 (fragmentos gregos e tradução inglêsa das **Quaestiones et Solutiones in Genesim et in Exodum**, que só se conservaram em tradução armênia). — **Estudos:** L. Massebieau-É. Bréhier, **Essai sur la chronologie de la vie et des oeuvres de Philon**; *Revue de l'histoire des Religions* 53 (1906) 25-64; P. Heinisch, **Der Einfluss Philos auf die älteste christliche Exegese (Barnabas, Justin und Clemens von Alexandrien)**, (Alttestamentliche Abhandlungen, Heft 1-2), Münster i. W. 1908; É. Bréhier,

(30). — São Jerônimo, ib. 659B; Fócio, ib. 373C.

(31). — *Praeparatio Evangelica*, 1. 8, p. 5, 11-6, 9. c. 7, 1-20. c. 11, 1-8 (PG 21, 597-601. 601-608. 641-644), onde se trata dos essênios.

(32). — As *Antiquitates Biblicae* (ou *Liber Antiquitatum Biblicarum* etc.) não são de Filón. — Várias obras maiores de Filón foram posteriormente subdivididas em tratados menores com seus respectivos sub-títulos: *De Monarchia* etc., sub-títulos que ainda se encontram citados em algumas obras antigas (E. Schürer etc.). Um elenco completo destes sub-títulos e seus lugares nas obras maiores de Filón encontra-se em: *Library of Congress. Classification. Class P, P-PA*, Washington, D. C. 1928, 211-220.

Les idées philosophiques et religieuses de Philon d'Alexandrie, 3. ed., (Études de Philosophie Médiévale 8), Paris 1950; E. R. Goodenough, **An Introduction to Philo Judaeus**, New Haven 1940; H. A. Wolfson, **Philo**, 2 vols., Cambridge, Mass. 1947.

44. — III. **As obras de Flávio José**. — José, filho de Matias, da família sacerdotal de Yoyarib, à qual também pertenciam os hasmoneus (1 **Mac.** 2, 1), nasceu em Jerusalém c. 37-38 d. C. Um de seus ascendentes tinha por mulher uma filha de Jonatã, irmão de Judas Macabeu (**V.** I § 1-6; **G.** 1, Pref., 1 § 3; **A.** 16, 7, 1 §). Educado em sua cidade natal, passou depois sucessivamente pelos três partidos dos fariseus, dos saduceus e dos essênios, e ainda um período no deserto junto de um solitário chamado Bano, para aliar-se aos 19 anos de idade definitivamente ao partido dos fariseus (**V.** 2 § 10-12). Aos 26 anos de idade foi a Roma para obter a libertação de alguns sacerdotes conhecidos seus, enviados presos para lá pelo procurador Antônio Felix por motivos insuficientes. Por meio do ator judeu Alitiro, favorito de Nero, conseguiu ser apresentado a Popéia e, por meio desta, alcançar o fim almejado (**V.** 3, § 13-16).

45. — Voltando à Judéia, encontrou o país em vésperas de guerra. De início manteve-se neutro, aderindo depois ao partido revolucionário, sendo nomeado comandante da Galiléia (**V.** 4 § 15-5, § 23; 7 § 28s; **G.** 2, 20, 4 § 568). Sua atividade como tal coincide em grande parte com a história do povo judaico naquela época (**V.** 7 § 28-74 § 413; **B.** 2, 20 4 § 566-21, 10 § 646; 3, 4, 1 § 59-63; 6, 3 § 127-8, 9 § 408; 9, 1 § 409-413 e 5 § 432-6 (§ 442). Com a chegada de Vespasiano, José se retira à mais forte de suas fortalezas, Jotapata (**G.** 3, 6, 1 § 111), e resiste ao assédio dos romanos durante um mês e meio (**G.** 3, 7, 3 § 141-30 § 288 e 33 § 316-8, 7 § 391). Sendo levado prêso a Vespasiano, prediz-lhe sua próxima elevação ao trono imperial (**G.** 3, 2, 8 § 392-9 § 408), o que faz com que Vespasiano o trate com deferência, se bem que o conserve prêso (**G.** 3, 8, 9 § 408). Cumprida a profecia depois de dois anos, José foi pôsto em liberdade (**G.** 4, 10, 7 § 622-629), passando a usar, juntamente com o seu, o nome de família de Vespasiano, Flávio. Presságios desta natureza são mencionados pelos escritores gregos e romanos, e o próprio nome de José é lembrado por Suetônio (33). O restante da guerra passou-a José junto de Tito até a queda de Jerusalém (**V.** 75 § 416s; **Ap.** 9 § 47-49), sendo então por êle levado a Roma e instalado por Vespasiano em

(33). — *Vespasianus* 4s; Tácito, *Historiarum* 5, 13 e 2, 1; Cássio Dio, *Épitome* 65, 1, 4.

sua casa particular, depois de lhe ter conferido os direitos de cidadão romano e garantido uma pensão (V. 76 § 422s). O mesmo tratamento favorável lhe foi dispensado por Tito, Domiciano e sua mulher, Domícia (V. 76 § 428s). O ano de sua morte é incerto (34).

46. — Flávio José dedicou seus anos de vida em Roma à redação de suas obras históricas. A primeira destas é a **Guer-ra Judaica** em 7 livros — *Περὶ τοῦ Ἰουδαϊκοῦ πολέμου* (V. 74 § 412; A. 20, § 258), ou, conforme a maioria dos manuscritos **De Captivitate** — *Περὶ ἀλώσεως* — (35). A primeira edição da obra foi escrita em aramaico e destinada aos bárbaros do interior (G. 1, 1, 1 § 3), isto é, aos partas, babilônios, árabes, os judeus de além do Eufrates e os habitantes de Adiabene (G. 1, 1, 2 § 6), cuja casa reinante se havia convertido ao Judaísmo (36). Com o auxílio de secretários a obra foi traduzida para o grego (G., Pref., 1 § 3; Ap. 1, 9 § 50). Escrita imediatamente depois da guerra de 66-70 d. C. e sob as vistas de Vespasiano, de certo modo pode dizer-se escrita de encomenda, como uma espécie de aviso ao Oriente para cessar de sua oposição ao império. Os partas, com efeito, são os primeiros nomeados entre os prováveis leitores da obra, e mencionam-se nela as esperanças que os revoltosos de Jerusalém haviam nutrido de obter a ajuda de seus correligionários de além do Eufrates e de Adiabene (G. 2, 16, 4 § 388). Tendo descrito pormenorizadamente o treino e a organização do exército romano (G. 3, 5, 1 § 70-7 § 107), afirma o próprio autor não ser sua intenção exaltar os romanos, mas consolar aqueles que haviam sido por eles vencidos e desaconselhar a todos que quisessem revoltar-se (ib. § 108).

47. — A obra não se limita a descrever a história da guerra de 66-70 d. C., mas oferece ainda um resumo da história do povo eleito desde os tempos de Antíoco IV Epifanés até à derrota de Céstio Galo em 66 (G. 2, 19, 9 § 555), dedicando espaço considerável à história de Herodes o Grande. Esta parte

(34). — Ver E. Schürer 1, 77-81; W. Schmid-O.-Stählin, *Geschichte der griechischen Litteratur*, vol. 2.^o, ii, München 1920, 592s; U. Holzmeister 8s; R. H. Pfeiffer 207-210; J. Felten 1, 623-625; G. Ricciotti, *Flavio Giuseppe tradotto e commentato*, vol. 1.^o, Torino 1937, 1-42. — Sobre a genealogia e a vida matrimonial de José ver V. 1, § 1-6 e 75, § 414s. 426-428 e E. Schürer 1, 81s; G. Ricciotti, ib. 39.

(35). — São Jerônimo, *Commentarius in Isaiam Prophetam*, 1. 17, /c. 64, 8-12 (PL 24, 650 B/C): ...ad tempus Romanae historiae universa referimus, quae Iosephus judaicae scriptor historiae, septem explicat voluminibus, quibus imposuit titulum *Captivitatis Judaicae*, id est, *Περὶ ἀλώσεως*.

(36). — Ver A. 20, 2, 1 § 17-5 §; G. 2, 19, 2 § 520 e 6, 6, 4 § 356; J. Felten 1, 267s; G. Ricciotti 243-245 etc.

foi posteriormente tratada mais uma vez e de modo mais extenso nas **Antiquitates**, onde abrange sete livros e meio (37). A comparação entre as duas narrativas paralelas é instrutiva. A guerra judaica também foi descrita por Tácito, mas perdeu-se esta parte de sua obra, fora do início, e só podemos formar uma idéia dos fatos pela Crônica de Sulpício Severo, que se serviu de Tácito (38). Não podemos, por conseguinte, controlar em tudo a narração de Flávio José para ver até que ponto sua obra sofreu os efeitos da tendência geral de agradecer a seus fautores imperiais (39).

48. — A segunda obra de José, e a maior delas é a Ἰουδαϊκὴ Ἀρχαιολογία — **Antiquitates Judaicae** — em 20 livros (A. 20, 12, 1 § 267), obra que, no título e no número de livros, segue o modelo de Dionísio de Halicarnasso, o qual um século antes, 7 a. C., e igualmente em Roma, escrevera a Ῥωμαϊκὴ Ἀρχαιολογία em 20 livros. Nos primeiros livros trata José da história bíblica desde a criação do mundo até o fim do cativo da Babilônia, seguindo de perto os livros bíblicos; no 11.º descreve a história desde Ciro até Alexandre Magno; no 12.º desde Alexandre até à morte de Judas Macabeu em 161 a. C.; no 13.º até à morte de Alexandra Salomé em 69 a. C.; no 14.º até os inícios do reinado de Herodes em 37 a. C.; do 15.º ao 17.º trata do reinado de Herodes, 37-4 a. C.; nos três últimos, da história judaica até 66 d. C. A obra foi completada no ano 13.º de Domiciano, quando o autor contava 56 anos de idade, isto é, em 93-4 d. C. (A. 20, 12, 1 § 267).

49. — A **Guerra** foi obra da juventude, escrita quando o autor gozava de tôdas as vantagens dos favores imperiais e com o fim bastante explícito de desaconselhar a seus correligionários a empreender novas revoltas contra o poder invencível de Roma, dramaticamente descrito na obra (n. 46). As **Antiquitates**, pelo contrário, são obra da idade madura, escrita durante o reinado opressivo de Domiciano, inimigo de toda a literatura, sobretudo a histórica. O plano da obra data do tempo da redação da **Guerra** (A. 1, Pref., 2 § 6) e seu fim é inteiramente diferente: é o de mostrar ao mundo greco-romano a grandeza e antigüidade da raça judaica por meio da

(37). — Livros 13-20. As partes paralelas são G. 1, 2, 2 § 50-2, 14, 2 § 279 e A. 13, 7, 3 § 225-20, § 256.

(38). — Ver Tácito, *Historiarum* 5, 1-13 e Sulpício Severo, *Chronica* ou *Historia Sacra* (PL 20, 95-160 e C. Halm, *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum*, vol. 1.º, Vindobonae 1866, 3-105).

(39). — W. Schmid-O-Stählin, *ib.* 593.

narração de sua história antiga e gloriosa (ib., 2 § 5s; 16, 6, 8 §). O autor, por assim dizer, rompe os laços que o prendiam à propaganda política romana, e daí por diante figura apenas como historiador e apologista de seu povo (40). Pode-se duvidar se este fato nos autoriza a dizer que sua intenção era propiciar seus correligionários ofendidos pela obra anterior (41), e será talvez duro demais afirmar que José se lembrou de seu nacionalismo judaico, quando seus sonhos ambiciosos se esvaíam com os anos e com a morte de seus protetores imperiais (42).

50. — A terceira obra de José é a **Vita** — *Ἰωσήφου Βίος* — autobiografia em um livro, composta ao mesmo tempo que as **Antiquitates** ou pouco depois delas, como, de fato, em quase todos os manuscritos segue imediatamente a elas (43). Conforme outros trata-se de um apêndice a uma segunda edição das **Antiquitates** (44). A obra é, contudo, menos uma autobiografia completa, do que a justificação do procedimento de José como comandante da Galiléia, precedida e seguida por algumas notícias autobiográficas (V. 1 § 1-6 § 27 e 75 § 414-76 § 430). Esta justificação foi provavelmente ocasionada por uma obra perdida de Justo de Tiberíades 'sôbre a guerra judaica, na qual o autor não só criticava a obra de José, mas ainda o dizia responsável pela revolta da Galiléia e de Tiberíades (V. 65 § 336-360) (45). Esta acusação devia ser extremamente desagradável a José, vivendo em Roma debaixo das vistas de seus fautores imperiais, e não só procura êle justificar o seu procedimento como sendo inteiramente favorável aos romanos, mas ainda cita a aprovação de Tito à sua obra anterior, bem como a de Agripa II, do qual diz ter recebido 62 cartas, nas quais aprovava a verdade da obra (V. 65 § 361-367). Os autores estão de acôrdo em dizer que José falhou em sua tentativa de justificar-se. Não sômente vê-se êle obrigado a mencionar fatos que provam o contrário do que êle pretende provar, mas ainda, a renegar o próprio passado e a contradizer a própria **Guerra** (46). Lamenta-se a perda da obra de Justo de Tiberíades, outra testemunha ocular da guerra de 66-70 d. C., e, provavelmente, menos tendencioso do que Jo-

(40). — H. St. J. Thackeray 2, p. VII.

(41). — Ib., p. VIII.

(42). — G. Ricciotti, *Flavio Giuseppe* 1, 41.

(43). — W. Schmid-O. Stählin, ib. 597².

(44). — H. St. J. Thackeray 2, p. XIII^s.

(45). — W. Schmid-O. Stählin, ib. 597.

(46). — E. Schürer 1,92; W. Schmid-O. Stählin, ib. 598; H. St. J. Thackeray 2, p. XIV.

sé. Sua obra seria utilíssima para controlar José, e seus ataques apaixonados talvez se expliquem pelo fato de ter sido achado em falta pelo adversário (47).

51. — A última obra de José, talvez a mais simpática de tôdas (48), trata em dois livros **Da Antigüidade dos Judeus** — *Περὶ τῆς τῶν Ἰουδαίων ἀρχαιότητος* — 48a), obra que comumente se cita sob o nome de **Contra Apionem** (49). Escrita entre 93-96 d. C. e conservada em parte apenas em latim (5 § 52 — 9 § 113), é uma resposta às críticas dirigidas contra as **Antiquitates**, e uma refutação dos preconceitos anti-semitas da época, com uma apologia do Judaísmo pela demonstração da antigüidade do povo judaico. Apresenta disposição cuidadosa da matéria e manifesta grande capacidade literária, grande conhecimento da filosofia e poesia gregas e um entusiasmo sincero pela religião de seus pais (50). É a única apologia sistemática antiga do Judaísmo que nos foi conservada na íntegra, e nos é especialmente preciosa pelo fato de se citarem textos de autores helenísticos, cujas obras se perderam (Beroso, Manetón etc.). Apión, gramático de Alexandria, é apenas um dos adversários, contra os quais escreve José (51), demonstrando ser o povo judaico um dos mais antigos e dependerem os filósofos gregos de Moisés. Enfim, apresenta um quadro ideal da excelência da Lei judaica (52).

(47). — W. Schmid-O. Stählin, ib. 602.

(48). — H. St. J. Thackeray 2, p. XVI.

(48a). — Assim os manuscritos e os escritores eclesiásticos antigos, cf. W. Schmid-O. Stählin, ib. 598¹. Ver Orígenes, *Contra Celsum*, 1.1, c. 16 e 1.4, c. 11 (PG 11, 688B. 1041A) e Eusébio *Historia Ecclesiastica*, 1.3, c. 9, 4 (PG 20, 241A), etc.

(49). — Conforme o exemplo de São Jerônimo, *De Viris Illustribus*, c. 13 (PL 23, 662B): duos Ἀρχαιότητος adversum Apionem gramaticum.

(50). — H. St. J. Thackeray 2, p. XVI.

(51). — Sobre Apión, que atacava os judeus sobretudo nos livros 3 e 4 de suas *Ἀγνυπτικά* ver W. Schmid-O. Stählin, ib. 473s.

(52). — W. Schmid-O. Stählin, ib. 598. — Sobre José em geral vejam-se: E. Schürer 1, 77-110; W. Schmid-O. Stählin, ib. 593-598; U. Holzmeister 9s; R. H. Pfeiffer 207-210; J. Felten 1, 627-637; G. Ricciotti, *Flavio Giuseppe* i, 43-172; H. St. J. Thackeray 1, pp. VII-XVI. 2, pp. VII-XIX. 4, pp. VII-XVII. — Flávio José não é o autor do 4. livro (apócrifo) dos Macabeus, W. Schmid-O. Stählin, ib. 571; J. Felten 1, 637; E. Schürer 1, 94. — Sobre as inter-polações na tradução eslávica da *Guerra* vejam-se: H. St. Thackeray 3, 635-638 (e 659s a lista das passagens que se omitem na mesma tradução); E. Klostermann, *Apocrypha III* (Kleine Texte 11), 2. ed., Bonn 1911, 18-25; J. B. Aufhauser, *Antike Jesuszeugnisse* (Kleine Texte 126), 2. ed., Bonn 1925, 14-16; R. H. Pfeiffer 210¹⁴; U. Holzmeister 14. Fócio de Constantinopla não conhece estas glosas. Ora, os eslavos receberam o texto de José por meio de Fócio. Logo as glosas são obra de um falsário posterior. — O *Testimonium Flavianum* sobre Jesus (A. 18, 3, 3, § 63s) será examinado a seu tempo.

52. — **Edições e traduções.** — G. Dindorfius, **Flavii Josephi Opera Graece et Latine**, 2 vols., Parisiis 1845-1847 e 1929; I. Bekker, **Flavii Josephi Opera Omnia**, 6 vols., Lipsiae 1855-1856; S. A. Naber, (não foi possível averiguar o título exato), 6 vols., Lipsiae 1888-1896; B. Niese, **Flavii Josephi Opera**, 7 vols., Berolini 1887-1895; edição menor sem aparato crítico, 6 vols., ib. 1888-1895; H. St. J. Thackeray — R. Marcus, **Josephus With an English Translation** (Loeb Classical Library), 7 vols., London-Cambridge, Mass. 1956-1957 (faltam os vols. 8 e 9); Th. Reinach (editor), **Oeuvres complètes de Fl. Joseph traduites en français**, 6 vols., Paris 1900-1932; Th. Reinach-L. Blum, **Flavius Josephus. Contre Apion** (Collection des Universités de France), Paris 1930; G. Ricciotti, **Flavio Giuseppe tradotto e commentato**, vols. 2-4, **La Guerra Giudaica**, Torino 1937; V. Pedroso, **Flávio Josefo, História dos Hebreus**, 9 vols., São Paulo 1956; J. A. G. Larraya, **Flavio Josefo, Las guerras de los Judios**, Barcelona 1952. — **Estudos.** — H. St. J. Thackeray, **Josephus: The Man and the Historian**, New York 1929; G. Ricciotti, **Flavio Giuseppe tradotto e commentato**, vol. 1, **Introduzione**, Torino 1937.

53. — Flávio José é o historiador judaico por excelência, que proporcionou a gregos e romanos o conhecimento da história e costumes do povo judaico. Na Igreja cristã foi lido muitíssimo e cedo foram suas obras traduzidas para o latim, tendo-se mudado o nome do autor a pouco e pouco em Hegeisipo (53). Os historiadores eclesiásticos o citam com frequência (Eusébio, etc.), São Jerônimo lhe consagra um capítulo entre os escritores eclesiásticos (54), e lhe dá o título de **Graecus Livius** (55). Dêle se ocupam Casiodoro (56) e Fócio de Constantinopla (57). E' êle, com efeito, em certos trechos nossa única fonte, ou então, a mais importante para a história e geografia bíblicas da época. E' valioso sobretudo na descrição dos fatos em que êle mesmo participou (58).

-
- (53). — Ver E. Schürer 1, 99-102; W. Schmid-O. Stählin, ib. 594²; Cassiodoro, *De Institutione Divinarum Litterarum*, c. 17 (PL 70, 1133B/D). — Ver *De Excidio Urbis Hierosolymitanae* (PL 15, 1961-2218); V. Ussani, *Hegesippi qui dicuntur Historiae Libri* (CSEL 66); C. Boysen, *De Judaeorum Vetustate sive Contra Apionem Libri II* (CSEL 37).
- (54). — *De Viris Illustribus*, c. 13 (PL 23, 662B-663A).
- (55). — *Epistola 22*, c. 35 (PL 22, 421A).
- (56). — *De Institutione Divinarum Litterarum*, c. 17 (PL 70, 1133C/D): pene secundus Livius.
- (57). — *Bibliotheca*, Codex 76 (PG 103, 240D-245A); *Antigüidades*; ib., Codex 238 ib. 1180B-1196A); *Antigüidades*; ib. Codex 47 (ib. 81C-84B): *Guerra*.
- (58). — W. Schmid-O. Stählin, ib. 599.

54. — Em geral José teve à disposição boas fontes e é digno de crédito (59). Se êle de vez em quando se contradiz ou admite anacronismos (60), em geral suas afirmações estão de acôrdo entre si (61). Além disto muitos dos fatos narrados são confirmados por outros escritores ou pelas escavações recentes (62). Sua fonte principal na **Guerra** é, naturalmente, a própria experiência. Além disto, conta-nos que ainda durante o assédio de Jerusalém tomava notas, sobretudo das declarações de desertores, que o punham ao par do estado das coisas dentro da cidade (**Ap.** 1, 9 § 47-49). — Outra fonte é a história universal em 144 livros de Nicolau de Damasco, áulico e historiador oficial de Herodes (63). Cita-o expressamente nas **Antiguidades** (12, 3, 2 § 127; 14, 1, 3 § 9 etc.), não na **Guerra**. A comparação entre as partes paralelas de ambas as obras, sobretudo na história de Herodes, e a comparação com os fragmentos de Nicolau, sugerem seu uso também na **Guerra** (64). — O próprio Herodes deixou **Memórias**. José menciona-as uma vez (**A.** 15, 6, 3 §), mas parece que não as tinha em mãos, seguindo como fonte principal a Nicolau (65), o qual atesta o interêsse de Herodes pela retórica e os estudos históricos (66).

55. — José menciona várias vêzes os **Comentários** de Vespasiano (**V.** 65, § 342 e 358; **Ap.** 1, 10 § 56), que eram provavelmente um diário da campanha judaica ou uma espécie de relatório oficial. José não os cita como fonte da **Guerra** (67), mas pode presumir-se que os tenha consultado (68). Em todo o caso, diz-nos que apresentou a obra aos imperadores, e que Tito colocou sua firma na obra, mandando publicá-la (**V.** 65 § 361-363; **Ap.** 1, 9 § 50s). — Além disto parece José ter tido à disposição um catálogo oficial das legiões romanas com a indicação do estacionamento das mesmas, catálogo em que se baseou em seu discurso ao povo de Jerusalém, ao descrever o poderio de Roma (**G.** 2, 16, 4 § 366-387) (69).

(59). — U. Holzmeister 11.

(60). — Ver H. St. J. Thackeray 2, Ma p. 19 em diante, onde se notam as diferenças entre as narrações paralelas das *Antiguidades* e da *Guerra*.

(61). — U. Holzmeister 11 cita a respeito os diversos dados sobre a morte de Herodes.

(62). — U. Holzmeister 11.

(63). — Ver sobre êle W. Schmid-O. Stählin, *ib.* 374-376; E. Schürer 1, 58-63; G. Ricciotti, *Flavio Giuseppe* 1, 64s. Os fragmentos da obra de Nicolau encontram-se compilados em C. Müller, *Fragmenta Historicorum Graecorum*, vol. 3, Parisii 1883, 356-427.

(64). — G. Ricciotti, *Flavio Giuseppe* 1, 65.

(65). — E. Schürer 1, 56.

(66). — *De Vita Sua*, Fragmento 4 (ed. C. Müller, *ib.* 348s).

(67). — Ver *Ap.* 1, § 9s; E. Schürer 1, 63s.

(68). — G. Ricciotti, *Flavio Giuseppe* 1, 66-69.

(69). — Cf. U. Holzmeister 11; G. Ricciotti, *ib.* 62-78.

56. — Nas **Antigüidades** segue de perto a Bíblia nos 11 primeiros livros até a época de Ester (**Ap.** 1, 10, § 54; **A.** 1, Pref., 2 § 5), usando a tradução dos Setenta ao lado do original hebraico (70). Daí em diante narra a história judaica juntamente com a universal, sem ter nesta segunda parte da obra uma fonte uniforme. Para o tempo entre Neemias e Antíoco IV Epifanés (440-175 a. C.) só possuía poucas fontes e estas dúbias, como a carta apócrifa de Aristéias sobre a origem da tradução dos Setenta. A fonte da história dos Macabeus é o primeiro livro dos Macabeus (de 12, 5, 1 § 237 em diante), de que não se parece ter servido na **Guerra** (71). A narração é completada por citações tiradas de Políbio (**A.** 12, 3, 3 § 135-137 e 9, 1 § 358). De 146 a. C. em diante, ano em que termina a obra de Políbio, José parece não ter tido à disposição fontes judaicas até 135 a. C. Suas fontes principais entre 135-37 a. C. são uma obra histórica perdida de Estrabão (72), e Nicolau de Damasco (73). Os arquivos judaicos podiam fornecer-lhe indicações sobre a série dos sumo-sacerdotes, e outras indicações podiam provir da tradição oral e escrita, conhecida como **Haggadah**, da qual êle, como sacerdote e fariseu que era, devia ter amplo conhecimento (74).

57. — Em certas passagens das obras de José ressentem-se a falta de fontes, como foi visto. Manifesta-se isto, sobretudo, no período entre a morte de Herodes e 40 d. C. e na história dos Patriarcas (75). A obra ressentem-se igualmente de certos vícios retóricos. A maneira dos historiadores profanos compõe longos discursos e nem tôdas as partes da obra apresentam o mesmo cuidado na redação estilística (76). Entre os diversos secretários gregos de José pode distinguir-se um imitador de Sófocles, outro de Tucídides (77). A história das dificuldades domésticas de Herodes narra-se à maneira de um drama grego (78). As indicações geográficas nem sempre são corretas (78a). Aumenta-se o comprimento e a largura do Mar

(70). — E. Schürer 1, 85; W. Schmid-O. Stählin, ib. 594^a.

(71). — G. Ricciotti, ib. 64.

(72). — A. 13, 10, 4 § 286s e 11, 3 § 319; 12, 6 § 347; 14, 3, 1 § 35. 4, 3 § 68. 6, 4 § 104. 7, 2 § 111. 8, 3 § 139; 15, 1, 2 § . Ver os fragmentos compilados em C. Müller, ib. 490-494.

(73). — A. 13 8, 4 § 250s. 12, 6 § 347; 14, 1, 3 § 9. 4, 3 § 68. 6, 4 § 104.

(74). — Ver E. Schürer 1, 85-90; W. Schmid-O. Stählin, ib. 594-596.

(75). — E. Schürer 1, 85. 88s; U. Holzmeister 11.

(76). — W. Schmid-O. Stählin, ib. 600.

(77). — H. St. J. Thackeray 4, p. XV.

(78). — *Ib.*, 2, p. XVI.

(78a). — W. Schmid-O. Stählin, ib. 599^a.

Morto de 76 por 17 kms para 110 por 28, os do Lago de Genesaré de 21 por 12 para 26 por 7 (**G.** 4, 8, 4 § 482; 3, 10, 7 § 506) (79).

58. — A obra de José ressent-se da tendência apologética de agradar a seus protetores imperiais. Para êste fim exagera os feitos certamente gloriosos de seu povo, uma vez que a fôrça do adversário redundna na glória do vencedor. De modo particular exagera números. Afirma êle que na Galiléia havia 204 cidade e aldeias, a menor das quais continha mais de 15.000 habitantes (**V.** 65, § 235 e **G.** 3, 3, 2 § 43). Por ocasião do censo realizado por Céstio Galo na ocasião da Páscoa enumera 255.600 cordeiros pascoais e calcula, tomando 10 convivas por cordeiro, o número de judeus presentes na ocasião em Jerusalém em 2.700.000 (**G.** 6, 9, 3 § 424s). 3.000.000 de judeus em outra Páscoa se apresentaram ao mesmo Céstio Galo para queixar-se do procurador Géssio Floro (**G.** 2, 14, 3 § 280). 1.100.000 judeus pereceram durante o assédio de Jerusalém, 97.000 foram feitos prisioneiros (**G.** 6, 9, 3 § 420). O muro oriental do templo tinha 400 côvados de altura, isto é, ao menos 180 ms, enquanto o muro hodierno tem apenas c. 47 ms, 23 1/2 acima da terra (**A.** 20, 9, 7 § 221). As pedras do templo tinham 9 m de comprimento e 2,7 de largo, enquanto hoje as maiores tem 7 por 1 m. (ib.). Tôdas as mulheres de Damasco, com poucas exceções, se haviam convertido ao Judaísmo (**G.** 2, 20, 2 § 560). Diz que todos os judeus do Egito tinham direitos de cidadania em Alexandria (**Ap.** 2, 4, § 35; **A.** 19, 5, 2 § 228; **G.** 2, 18, 7 § 488). Os 318 servos de Abraão de **Gen.** 14, 14 tornam-se 318 comandantes, que tinham cada um, sob sua autoridade, uma multidão imensa (**G.** 5, 9, 4 § 380). Exagera a fertilidade da planície de Genesaré, dizendo que as figueiras e vinhas dão fruto durante 10 meses, outras árvores o ano inteiro (**G.** 3, 10, 8 § 519) (80).

59. — A tendência apologética, característica do **Contra Apionem**, existe igualmente nas **Antigüidades**, e em parte também na **Guerra**. Quer José despertar o interêsse de gregos e romanos por seu povo, tantas vêzes vilipendiado e desprezado por causa de suas peculiaridades. Esta tendência é perfeitamente inteligível depois de uma tremenda revolta, empreendida contra o domínio estrangeiro e, precisamente, em defesa das mesmas peculiaridades. Lamenta-se, contudo, que José em tudo o que nos conta das leis, dos costumes e da história de seu povo, esteja sempre calculando o efeito de sua narração em

(79). — **U. Holzmeister** 12.

(80). — **Ver os exemplos citados em U. Holzmeister** 12.

seus leitores: tudo aquilo que não poderia agradar a êstes, êle o passa em silêncio ou interpreta de outra forma; tudo aquilo que pode impressioná-los coloca-o em primeiro plano, e chega até a atribuir traços estoicos ao Deus de Israel. Desta forma êle fecha a si mesmo o caminho para a inteligência daquilo que é realmente grandioso na história e na literatura de seu povo (81).

60. — O caráter tendencioso de José não se limita a exaltar o próprio povo, mas ainda se estende à própria pessoa. Conta-nos que aos 14 anos de idade já gozava de tal fama de letrado, que os sumo-sacerdotes e os primeiros da cidade vinham constantemente consultá-lo sôbre algum ponto particular das leis (V. 2, § 9). Exalta sua atividade no comando da Galiléia, sem advertir que, em geral, não se tratava de verdadeira estratégia militar, mas de proezas de um guerrilheiro astuto, como no caso da defesa de Jotapata. Querendo descrever as atrocidades da guerra, afirma que a cabeça de um homem foi arremessada por uma pedra de balista à distância de 3 estádios = 500/600 m. (G. 3, 7, 23 § 245s). Quando chegou a notícia da queda de Jotapata a Jerusalém, propalou-se também a notícia da morte de José, o que fêz com que a cidade tôda o chorasse diariamente por 30 dias, chegando muitos a contratar tocadores de flauta (cf. Mt. 9, 23) para solenizar o luto nacional (G. 3, 9, 5 § 434-437) (82).

61. — Se José em sua autobiografia chega a falsificar os fatos para não se indispor com os romanos (n. 50), não se pode certamente dizer o mesmo de suas outras obras. Devemos repetir que êle vivia na côrte imperial, dependia dos favores imperiais, escrevia como historiador oficial e que submeteu a **Guerra** à aprovação de seus fautores (83). José, afirmou um profundo conhecedor do mesmo, não era nem um grande espírito, nem um grande caráter, mas uma singular mistura de patriotismo judaico, de cultura helênica e de vaidade (84). Não há dúvida, contudo, que seu patriotismo era sincero. Seu problema era o de combinar, no momento exato, o amor por seu povo com o pensamento pelo próprio futuro. Em todo o caso, por ocasião da queda de Jerusalém pediu e

(81). — W. Schmid-O. Stählin, *ib.* 600.

(82). — U. Holzmeister 13. Nota H. St. J. Thackeray 2, 698 (nota b), que somente Moisés e Arão foram chorados por 30 dias (Dr. 34, 8; Num. 20, 29). O período normal de luto era de 7 dias (Eccli. 22, 12).

(83). — W. Schmid-O. Stählin, *ib.* 600.

(84). — Th. Reinach, *Contre Apion* (ver n. 52), p. IV.

obteve de Tito a liberdade de seu irmão e de 50 amigos, e ainda, com licença de Tito libertou cêrca de 190 prisioneiros conhecidos seus. Em outra ocasião conseguiu que três judeus crucificados fôsem tirados da cruz, dos quais só um sobreviveu (V. 75, § 418-421). Note-se que êle conta o fato na autobiografia e não na **Guerra**.

62. — Em conclusão podemos dizer que, apesar dos defeitos da obra de José, não se pode duvidar de sua credibilidade geral (85). Em muitos casos suas afirmações podem ser controladas pelos livros bíblicos, pelos autores greco-romanos, pela geografia da Palestina, pelas escavações, etc. As passagens paralelas, que se contradizem, em geral podem julgar-se pelos dados mais verossímeis ou pela crítica literária. Quando José é o nosso único informante, suas informações estão sujeitas aos critérios que se aplicam a tôdas as obras históricas.

63. — IV. **A literatura rabínica.** — A literatura rabínica contém relativamente poucas informações históricas, e nos interessa sobretudo como fonte de informações sôbre a vida religiosa e civil dos judeus na época do Novo Testamento, enquanto ela faz parte da arqueologia em sentido largo ou da história das instituições religiosas, civis etc. do povo judaico naquela época (n. 76). Literatura rabínica em geral é aquela que deve sua origem aos trabalhos especializados dos doutores judaicos até a formação do Talmud babilônico, e não é senão a fixação definitiva, por escrito, de uma tradição oral que data, ao menos, do século II antes da era cristã. Na formação desta literatura podem distinguir-se dois fatores: a interpretação da Escritura e sua aplicação à vida prática, e a transmissão e codificação da lei oral, isto é, dos costumes e interpretações legais recebidas da tradição dos anciãos (A. 13, 10, 6 § 297; Mt. 15, 2; Mc. 7, 3. 5), e transmitidas pelos escribas e fariseus.

64. — Ao mesmo tempo que a Lei escrita foi entregue a Moisés no Sinai, ter-lhe-ia sido confiada igualmente a lei oral, transmitida, por sua vez, oralmente aos líderes das gerações seguintes: a Josué, aos anciãos (Jos. 24, 31), aos profetas, aos homens da grande sinagoga, a Simão, o Justo (c. 280 ou 200 a. C.), a Antíoco de Soko, até chegar ao mais famoso par de doutores, Hilel e Shamai, já no limiar da idade do Novo Testamento (86). Como consequência disto, a tradição oral consi-

(85). — U. Holzmeister 11; G. Ricciotti, *Flavio Giuseppe* 1, 82.

(86). — A Mishnah fala desta série de doutores no tratado Aboth (= os pais), 1, 1-18, continuando a lista dos doutores posteriores pelo tratado todo.

derava-se como tendo a mesma autoridade que a Lei escrita, e seus expoentes autorizados a interpretar a esta última, a juntar-lhe acréscimos, a modificá-la ou a negligenciá-la conforme as circunstâncias, tornando-se destarte a tradição viva mais importante do que a Lei escrita (87). E' êste, precisamente, o ponto nevrálgico, que produziu, nos tempos de João Hircano (135-104 a. C.), a divisão entre os saduceus e os fariseus, negando os primeiros a autoridades da tradição oral (A. 13, 10, 6 § 297s), além de outros pontos de doutrina, como a imortalidade da alma (G. 2, 8, 14 § 162-166; Mt. 22, 23; Act. 23, 6-10). Pode mesmo conjeturar-se que foi esta controvérsia que levou a partido dos fariseus a compilar pouco a pouco, e a fixar por escrito, a tradição oral, tomando em conta a oposição aos saduceus, por um lado, e as controvérsias entre as diversas escolas do próprio partido pelo outro (88).

65. — A destruição de Jerusalém e do templo em 70 d. C. trouxe consigo a cessação do culto e a extirpação quase completa das famílias sacerdotais aristocráticas, das quais, em sua maioria, se recrutavam os saduceus. Trouxe consigo igualmente a dissolução do sínédrio. Assim, não foi mais que natural que a liderança passasse exclusivamente aos doutores da Lei — **soferim** e **tannaim** — que daí em diante não somente passaram a ser os únicos líderes da vida religiosa judaica, mas ainda aquêles aos quais se deve, em consequência de sua atividade de compiladores e codificadores da lei oral e da adaptação da mesma às novas circunstâncias sem templo e sem culto, a coesão espantosa do povo judaico disperso pelo mundo inteiro, coesão que possibilitou a formação de uma nação novamente independente, apenas se deu a ocasião (89).

66. — Com efeito, depois da destruição de Jerusalém, Johanan ben Zakkai, que recebera a lei de Hilel e Shamai (90), estabeleceu-se em Yabneh ou Yibnah, a Iámnia dos gregos, a 29 kms ao sul de Jafa; e ao redor dêle reuniram-se outros intérpretes da lei, os quais, em parte pela influência moral de suas pessoas e por seu conhecimento da lei, em parte pela falta de outra organização que tivesse sobrevivido à catástrofe nacional, começaram a ser considerados como sucessores do sínédrio de Jerusalém. Parece que as autoridades romanas não

(87). — Cf. H. Danby, *The Mishnah* (ver n. 70), p. XVII e M. Sanhedrin 11, 3; M. Horayoth 1, 3.

(88). — H. Danby, *ib.*, p. XVIII.

(89). — Ver R. H. Pfeiffer 5s.

(90). — M. Aboth 2, 8.

se opunham a que esta assembléa exercesse até certo ponto o contróle e a superintendência sôbre seus correligionários, e o seu **Nasi** — presidente ou patriarca —, officio que depois de Johanan ben Zakkai se tornou hereditário na família de Hilel, era considerado como representante official da nação judaica, ou do que dela restava. Êste novo sinédrio sobreviveu à revolta de Bar-Cochba (132-135 d. C.), restabelecendo-se na Galiléia, onde o seu mais illustre chefe foi o Rabí Judá, o Patriarca ou o Santo, ou simplesmente Rabí. Na segunda metade do século III Babilônia começou a tornar-se centro principal da erudição rabínica, e a importância do patriarcado palestinese começou gradualmente a declinar (91).

67. — O produto mais importante da atividade literária dos doutores judaicos é, sem dúvida, a **Mishnah**, cuja redação final se atribui ao mencionado Rabí Judá, o Patriarca, em fins do século II d. C. (92). Literalmente Mishnah significa **repetição**, do verbo **shannah** = repetir, verbo que passou a designar o ato de ensinar e de aprender a lei oral por meio da repetição. Praticamente Mishnah designa a lei oral transmitida pelos anciãos e codificada por Judá, o Patriarca (93). Todo o material contido na Mishnah é distribuído em 6 grupos ou ordens — **sedarim** —, que se subdividem em 63 tratados. Êstes dividem-se em capítulos e parágrafos. As seis ordens da Mishnah, que praticamente cobrem tôda a legislação mosaica, são as seguintes: 1. Leis referentes aos produtos agrícolas e às porções que cabem aos sacerdotes, aos levitas e aos pobres; 2. legislação sôbre as festas do calendário judaico e o pagamento do meio siclo de prata ao santuário (**Ex.** 30, 11-16; **Mt.** 17, 24); 3. legislação matrimonial; 4. legislação sôbre os direitos de propriedade e os processos legais; 5. legislação sôbre as coisas do templo, sacrifícios, medidas e disposição do templo etc.; 6. legislação sôbre as causas da impureza legal e seus remédios (94). A Mishnah cita-se pelos títulos dos tratados, capítulos e parágrafos, antepondo-se por segurança um **M.**, por exemplo: **M. Sanhedrin** 1, 2.

68. — A Mishnah é o código jurídico-moral por excelência do Judaismo post-bíblico e marca a passagem do Antigo Testamento para o Judaismo tão incisivamente, como o Novo

(91). — H. Danby, *ib.*, pp. XIX-XXI.

(92). — *ib.*, p. XX. Ver *ib.* 799s e em E. Schürer 1, 126s as diversas gerações de doutores mencionados ou citados na Mishnah.

(93). — E. Schürer 1, 169s; H. Danby, *ib.*, p. XIII.

(94). — Ver uma análise mais pormenorizada dos 63 tratados em E. Schürer -1, 121-125, e, sobretudo, em H. L. Strack, *Einleitung* (ver n. 70) 32-64.

Testamento a marca para o Cristianismo (95). E' ela, depois da aliança no Sinai, o maior marco na história do Judaísmo e a formulação mais autorizada de seu sistema religioso na esfera da observância cerimonial, em uma época em que o povo de Israel, a fé de Israel e a terra de Israel constituíam aos olhos do povo judaico uma só coisa. A Mishnah constitui a expressão final da vida religiosa nacional judaica em uma época, em que ainda podia exercer-se livremente. Tôdas as modificações posteriores na prática do Judaísmo devem-se às condições resultantes da vida no exílio, que dêle fizeram uma sombra da realidade anterior. De fato, cêrca da metade da Mishnah já não tem nenhum valor efetivo na prática atual do Judaísmo, e já não o tinha quando se compilou êste corpo legislativo, como, por exemplo, tôda a 5a. ordem sôbre as instituições do templo ou o pagamento dos dízimos aos sacerdotes e levitas. Contudo, esta outra metade inexequível do Judaísmo não é menos objeto de veneração e de estudo, do que as leis sôbre a observância do sábadô, das festas, etc. (96). Desta forma, todos aquêles que contribuíram para transmitir oralmente o material contido na Mishnah, e seu redator final, não só contribuíram para preservar as tradições anteriores, nas quais, por assim dizer, o Judaísmo disperso pelo mundo afora, pudesse satisfazer sua nostalgia pelas coisas do passado e manter sua unidade doutrinal e étnica, mas ainda legaram à posteridade uma legislação cerimonial, que pode ser posta em prática, apenas as circunstâncias o permitam.

69. — Contudo, nem todo o material transmitido pela tradição oral foi incorporado na Mishnah. Se a obra de Rabí foi aceita sem mais, e grangeou autoridade canônica, nem todos os doutores judaicos concordavam em considerar sem valor o material não incorporado por êle. Assim, pouco a pouco, foise formando uma coleção paralela à Mishnah, a que se deu o nome de **Tosefta** = **suplemento**, coleção que abrange o material chamado '**estranho**' (= **baraita**), isto é, não incorporado na Mishnah. A Tosefta cita-se, como a Mishnah, por tratado, capítulo e parágrafo, antepondo um T. ou Tos. A Mishnah, por sua vez, tornou-se logo objeto de estudo assíduo nos centros judaicos da Palestina e de Babilônia e foi largamente comentada. Dêstes estudos e comentários resultaram o **Talmud** (= doutrina, ensinamento) **de Jerusalém** ou **palestinense**, do século IV, e o **Talmud babilônico**, dos séculos V-VI. Ambos os

(95). — H. Danby, *ib.*, p. XIII.

(96). — H. Danby *ib.*, p. XXI.

Talmuds são incompletos, sendo o babilônico o de maior extensão e o que goza de maior autoridade. Os textos da Mishnah e citações da **baraita** incorporadas nos Talmuds transcrevem-se em hebraico, enquanto o comentário propriamente dito, a **guemara** = complemento, está escrita em aramaico. Nas edições do Talmud babilônico os tratados que não tem **guemara** completam-se por tratados do Talmud palestinese ou comentários de doutores posteriores. O Talmud babilônico cita-se pelo nome do tratado, o fólho e a página (a ou b) da primeira edição impressa por D. Bomberg em Veneza em 1520; o Talmud palestinese por capítulo, fólho, coluna e linhas. Para evitar confusão, antepõe-se p ou b, ou jer e bab ao título do tratado (97).

70. — **Edições e traduções.** — As edições da Mishnah e do Talmud babilônico são inúmeras. Citam-se algumas apenas: G. Surenhusius, **Mishna sive totius Hebraeorum juris, rituum, antiquitatum ac legum oralium systema**, 6 vols., Amsterdam 1698-1703 (texto hebraico e trad. latina); H. Danby, **The Mishnah**, Oxford 1933 (1954). Nova edição da Mishnah, devendo aparecer em 63 fascículos correspondentes aos 63 tratados, começou a aparecer em Giessen em 1912 sob a direção de G. Beer e O. Holtzmann. — **A editio princeps** do Talmud palestinese foi publicada em Veneza em 1523 ou 1524 por D. Bomberg, a do Talmud babilônico pelo mesmo em 1520 (conforme outros c. 1523-1524) em 12 vols. Desde então muitas edições e algumas traduções têm aparecido, entre as quais: L. Golschmidt, **Der Babylonische Talmud mit Einschluss der vollstaendigen Mishnah**, 9 vols., Haag 1933-1935 (texto hebr. e trad. alemã); id., **Der Babylonische Talmud**, 12 vols., Berlin 1929-1936 (trad. alemã); M. L. Rodkinson-J. M. Wise, **New Edition of the Babylonian Talmud**, 9 vols., Boston 1918; M. Schwab, **Le Talmud de Jérusalem traduit pour la première fois**, 11 vols., Paris 1878-1889. — **Introduções, antologias, estudos**, etc.: H. L. Strack, **Einleitung in Talmud und Midrash**, 5a. ed., München 1930; H. L. Strack-P. Billerbeck, **Kommentar zum Neuen Testament aus Talmud und Midrasch**, 5 vols., München 1922-1928; A. Cohen, **Everyman's Talmud**, London-New York 1949; D. Romano, **Antología del Talmud**, Barcelona 1953; J. Goldin, **The Living Talmud** (Mentor Religious Classics), New York 1957. — **A Tosefta** foi editada por M. S. Zuckerman em Pasewalk, 1880. Nova edição começou a ser editada em 1930 em Stuttgart sob a direção de G. Kittel e K. H. Rengstorf.

(97). — E. Schürer 1, 130-143; H. Danby, ib., pp. XXVII-XXXII; U. Holzmeister 15.

71. — V. **Os escritores gregos e latinos dos primeiros séculos d. C.** — Não é mais que natural que numa época em que os judeus se incorporaram definitivamente no império romano, mais freqüentes se tornassem as menções que dêles fazem os escritores gregos e romanos, sobretudo quando Herodes se impunha à atenção de todo o império por causa de sua munificência. Encontramos, por conseguinte, preciosas informações nestes escritores sôbre a história da Palestina e sua geografia histórica e política naquela época, informações que vêm completar ou confirmar em geral os dados fornecidos pelo Novo Testamento e as obras de Filón e Flávio José. Por outro lado, a religião e os costumes dos judeus sempre constituíram sério problema para os habitantes pagãos do império. Desta forma, encontramos nos escritores mencionados, a par de informações úteis, um sem número de preconceitos e de idéias falsas sôbre a religião e os costumes dos judeus, o que prova que já naquela época o anti-semitismo foi, em grande parte, filho da ignorância (98). Veremos a seguir os principais escritores gregos e romanos, que nos fornecem informações sôbre a Palestina na época que nos interessa.

72. — **Estrabão**, de Amaséia no Ponto (+ c. 20 d. C.), além de uma obra histórica, da qual só se conservaram alguns fragmentos, e vários dêles por mérito de Flávio José (n. 56), deixou-nos 17 livros **Rerum Geographicarum** ou **Geographica** (99), obra na qual se encontram numerosas e importantes referências à história da Síria. Trata da Palestina no 1. 16, 2, 25-46 (pp. 758-765), e fala com respeito de Moisés e do monoteísmo dos judeus (ib. 35, p. 760s) (100). — De **Plutarco**, de Queroneia na Beócia (+ c. 120 d. C.), interessa-nos, para esta época da história, de entre as **Vidas Paralelas**, a de **Antônio**, que nos oferece o ambiente histórico, em que teve lugar a ascensão de Herodes ao trono da Judéia, e, ainda, nos fornece vários dados positivos sôbre êste. — **Cássio Dión**, de Nicéia na Bitínia (+ c. 235 d. C.), escreveu uma **História Romana** em 80 livros, que abrangem todo o período de Enéias até 229 d. C. Conservaram-se desta obra os livros 36-60. Dos livros 61-80 existem **Epitomes**

(98). — Sôbre os preconceitos anti-judaicos da época ver, por exemplo, J. Felten 1, 504-511. Grande parte dos textos gregos e latinos antigos sôbre os judeus foram compilados por Th. Reinach, *Textes d'auteurs grecs et romains relatifs au Judaïsme*, Paris 1892.

(99). — Neles menciona sua obra histórica anterior, l. 1, (p. 13); 1. 2, (p. 70); 1. 11, (p. 515). Os fragmentos encontram-se em C. Müller, *Fragmenta Historicorum Graecorum*, vol. 3, Parisiis 1883, 490-494.

(100). — E. Schürer 1, 113s; U. Holzmeister 15; W. Schmid-O. Stählin, *Geschichte der griechischen Litteratur*, vol. 2, i, München 1920, 409-415.

de autoria do historiador bizantino João Xifilino (século XI), e os livros anteriores podem ser reconstituídos em parte pelos escritos de outro historiador bizantino, João Zonaras (século XII), e pelas crônicas de outros epitomistas (101). Cássio Dião sempre menciona a história judaica em conjunto com a romana, a partir do l. 37, 15, 2. — De menor importância para nós são entre os demais escritores gregos **Dião Crisóstomo**, com suas **Orationes**, publicadas durante o governo de Trajano, e **Apiano**, naqueles livros de sua história romana, a que deu o título **De Bello Civili**, referentes sobretudo às lutas entre M. Antônio e Otaviano.

73. — Entre as obras dos escritores latinos é de suma importância a **Naturalis Historia** de **Plínio, o Velho** (+ 79 d. C.), que trata também da Palestina (l. 5, 13-17) e das regiões limítrofes, e insere muitas notas históricas. Entre os escritores não-judaicos parece ser o único que menciona os essênios (l. 5, 17, 73). Esta circunstância estaria a favor da opinião que diz ter êle participado na guerra judaica de 66-70 d. C., uma vez que recorda no prefácio a Vespasiano o **castrense contubernium** de ambos (Praef., 3), ainda que isto não se refira necessariamente à campanha judaica (102). Por outro lado, é de se lembrar que a obra é dedicada a Tito, que tinha o mesmo nome do pai: Titus Flavius Vespasianus Augustus (103). Outros, por conseguinte, referem o **castrense contubernium** à campanha da Germânia Inferior em 57 d. C., e parece até provável que Plínio em 70 se encontrasse como procurador imperial na Gália Narbonense (104). Pereceu na erupção do Vesúvio em 79 d. C., erupção que destruiu Pompéia e Herculano, e na qual pereceu igualmente um tataraneto de Herodes, Agripa, com sua mãe Drusila, mulher do governador da Judéia, Antônio Felix, e irmã de Herodes Agripa II (A. 20, 7, 2 §).

74. — Também **Cornélio Tácito** (+ depois de 118 d. C.) freqüentes vêzes menciona os judeus em suas obras, se bem que não raro se mostre mal informado e se deixe levar em geral por um anti-semitismo bastante pronunciado (105). Suas obras chegaram até nós incompletas. Dos **Annales (ab Excessu Divi Augusti)** possuímos os livros 1-6 e 11-16, das **His-**

(101). — E. Schürer 1, 113; W. Schmid-O. Stählin, *ib.*, vol. 2, ii, München 1924, 797.

(102). — Cf. U. Holzmeister 162^o.

(103). — Suetônio, *Titus* 1: Titus, cognomine paterno...

(104). — M. Schanz-C. Hosius, *Geschichte der römischen Litteratur*, vol. 2, 4. ed., München 1935, 769.

(105). — Para êle os judeus são *taeterrima gens* (*Historiarum* 5, 8); suas instituições são *sinistra foeda, mos absurdus sordidusque* (*ib.* 5), etc.

toriae os livros 1-4, e o comêço do l. 5, no qual se narram os inícios de Vespasiano e o comêço da guerra judaica de 66-70 d. C. Alguns fragmentos conservaram-se nas obras de outros escritores, como o famoso fragmento sôbre a responsabilidade pelo incêndio do templo, conservado por Sulpício Severo (106). Não é certo que Tácito se tenha servido das obras de Flávio José (107). — De **Caio Suetônio Tranqüilo** (+ c. 160 d. C.), possuímos as **Vitae Duodecim Imperatorum**, de Caio Júlio César a Domiciano. E' possível que êle se tenha servido das obras de Flávio José, a quem menciona (108). — Enfim, convém lembrar ainda **Caio Júlio Solino** (séculos III-IV), autor de uma obra histórico-geográfica chamada **Collectanea Rerum Memorabilium**, onde, nos cc. 33-37, trata da Ásia, da Arábia e da Síria (109).

§ 4 — Fontes arqueológicas ou monumentos — Ciências auxiliares.

75. — O têrmo e o conceito de **arqueologia** empregavam-se, antigamente, em sentido diverso daquêle em que hoje se usa. Em sentido etimológico significa **tratado das coisas antigas**, e, neste sentido, a palavra era usada pelos antigos para designar simplesmente a **história** (110). Assim temos de Dionísio de Halicarnasso a *Ῥωμαϊκὴ Ἀρχαιολογία* ou **História Romana**, de Flávio José a *Ἰουδαϊκὴ Ἀρχαιολογία* ou **História do Povo Judaico** (n. 48). O verbo *ἀρχαιολογέω* empregava-se no mesmo sentido, significando **tratar de coisas antigas, escrever sôbre história**, ou, ainda, **usar de estilo antiqüado** (111). Do mesmo modo, usava-se em latim **Antiquitas** ou **Antiquitates**, igualmente como título de obras históricas, como, por exemplo, as **Antiquitates Rerum Humanarum et Divinarum** de Varro (112), as **Antiquitates Biblicae** ou **Liber Antiquitatum Biblicarum**, falsamente atribuídas a Filón de Alexandria. **Antiquarius** é aquêle que se interessa pela língua e literatura antigas, ou afeta um

(106). — *Chronica* ou *Historia Sacra*, l. 2, 30^o 6s (PL 20, 146B/C; CSEL 1, 85).

(107). — U. Holzmeister 16. G. Ricciotti, *Flavio Giuseppe* 1, 74-76.

(108). — *Vespasianus* 5; cf. U. Holzmeister 16.

(109). — M. Schanz-C. Hosius, *ib.* 224s.

(110). — U. Holzmeister 3. Ver Platão, *Hippias Maior*, p. 285d; Estrabão, *Geographica*, l. 11, 14; 12 (p. 530); Diodoro Sículo, *Bibliotheca*, Praef. 1, 4s e l. 2, 46; Dionísio de Halicarnasso, *Historia Romana*, l. 1, 4; Flávio José, *Antiquitates* 1, Pref. 2, § 5.

(111). — Dionísio de Halicarnasso, *ib.* 1, 74; Flávio José, *De Bello Judaico* 1, Pref. 6 § 17; Luciano, *Lexiphanes* 15.

(112). — Aulo Gêlio, *Noctium Atticarum Commentarius* 11, 1; Plínio, o Velho, *Naturalis Historia* 13, 13, 87. Ver ainda Aulo Gêlio, *ib.* 13, 12, 2; Plínio, *ib.*, Pref. 24; Cornélio Nepos, *T. Pomponius Atticus* 18, 1; Tácito, *Historiarum* 2, 4; Amiano Marcelino, *Rerum Gestarum* 16, 7, 9.

estilo antiqüado (113), e só mais tarde é que a palavra passou a designar o colecionador ou vendedor de coisas antigas.

76. — Se a arqueologia como história tem por objeto os acontecimentos passados, suas causas e seus efeitos, começou o termo mais tarde a designar o estudo e a apresentação das condições estáveis e permanentes de um povo determinado ou de determinada época de sua história, isto é, a história de suas instituições econômicas, sociais, civis e religiosas (114). Desta forma, a **arqueologia bíblica** designava a exposição da vida religiosa e civil dos hebreus nas diversas épocas de sua evolução histórica, como a arqueologia talmúdica apresentava as instituições dos judeus, como as supõe o Talmud. Tomada no sentido mencionado, a arqueologia bíblica é certamente para nós uma ciência auxiliar da história bíblica de grande importância, enquanto ilustra e explica o substrato concreto da história bíblica e a coloca em seu ambiente. Todavia, para ser completa, a arqueologia bíblica neste sentido deveria abranger igualmente as instituições dos povos com os quais conviveram, ou debaixo de cujo domínio viveram temporariamente os hebreus. Isto inclui para a época do Novo Testamento a história das instituições greco-romanas. Destas trataremos quando ocorrer, como, por exemplo, ao falarmos da organização das províncias romanas. Os tratados de arqueologia bíblica, tomada neste sentido mais largo, serão tomados em conta na bibliografia entre as ciências auxiliares da história bíblica sob o nome de história das instituições bíblicas.

77. — Hoje em dia a **arqueologia** ocupa-se exclusivamente com a pesquisa e o estudo dos monumentos deixados pela mão do homem. Os manuais de arqueologia procuram fornecer uma exposição científica da cultura de um povo, enquanto ela se manifesta exclusivamente nos monumentos por êle deixados, sem considerar as fontes literárias. Estas são antes objeto da história da cultura de um povo, ciência de âmbito mais vasto do que a simples arqueologia, e que coordena as diversas ciências para apresentar um quadro completo das diversas culturas. São considerados **monumentos** todos os objetos materiais deixados pelos antigos, objetos que nos possibilitam a reconstrução da cultura material, intelectual e religiosa de um povo. Esta reconstrução, ou ao menos a apresentação científica do respectivo material arqueológico, é cha-

(113). — Tácito, *Dialogus de Oratoribus* 21 e 42; Suetônio, *Augustus* 86; Juvenal, *Satyra* 6, 454.

(114). — U. Holzmeister 3.

mada hoje em dia de arqueologia. Sob êste aspecto até o vestuário dos antigos pode ser objeto da arqueologia pròpriamente dita, enquanto êle se encontra representado nos monumentos.

78. — Conforme o exposto, a arqueologia bíblica pròpriamente dita seria a exposição científica da cultura pressuposta na Bíblia, enquanto pode ser reconstruída pelos monumentos encontrados. Praticamente, portanto, para ser completa, a arqueologia bíblica pròpriamente dita deveria abranger tôdas as culturas antigas, que se mencionam na Bíblia, enquanto reconstruídas pela arqueologia, a começar pela cultura pré-histórica, pressuposta nos primeiros capítulos do Gênesis, até a cultura greco-romana. Praticamente, com efeito, todos os povos da Antigüidade, de um ou outro modo, aparecem na Bíblia. A nós interessa sobretudo a arqueologia da Palestina no período greco-romano. Algumas obras serão indicadas na bibliografia e os resultados obtidos pela arqueologia serão aproveitados no decurso de nossa história. Os dados fornecidos pela **epigrafia**, pela **numismática**, pelas **escavações** e pela pesquisa das **ruínas de cidades e edifícios**, são subsídios preciosos para o estudo da história, enquanto nô-la fazem entender melhor em seu ambiente concreto e comprovam os seus dados. Sob êste aspecto a arqueologia pròpriamente dita, como aqui a tomamos, é verdadeira fonte da história.

79. — Outra ciência auxiliar da história bíblica é a **geografia bíblica**. Se as fontes literárias e os monumentos nos fornecem o material documentário da história, a cronologia e a geografia situam-na no tempo e no espaço (115). Como a arqueologia, assim a geografia bíblica, para ser completa, deveria abranger todo o mundo antigo. Com efeito, desde os primórdios da história, a Palestina, situada na encruzilhada de três continentes, foi de extrema importância para os povos limítrofes como ponte natural entre a Ásia e a África, e sua posse garantia o acesso ao mar e aos grandes centros de cultura e do comércio. A Palestina garantiu o comércio com Chipre, Creta, a Espanha (= Tartessos), a África setentrional (116). Entende-se perfeitamente sua importância

(115). — E. Schürer 1, 13.

(116). — Ver D. Carpi, *Compendio de la Geografía de Israel*, 2a. ed., Jerusalém 1957, 8: lugar de tránsito de los ejércitos y de las caravanas comerciales, al tiempo que formaba un puente entre Asia y Africa. Más aún, constituía el foco del tráfico marítimo entre Egipto y los puertos de Chipre y Grecia, pues las embarcaciones viajaban a lo largo de la costa de Eretz-Israel, ya que no osaban navegar en alta mar... El destino histórico del país se vió determinado

aos olhos dos romanos como elo importante na cadeia das províncias entre a África e a Ásia, como trampolim para a conquista de novas terras no Oriente próximo e como guarda avançada na defesa da fronteira oriental do império.

80. — A **geografia física** estuda as condições naturais da terra, a morfologia, a hidrografia, a orografia, o clima etc., e ainda as plantas, os animais e os homens em seu respectivo habitat. A geografia física não é menos útil para a história, do que a geografia histórica e política, porque ela nos faz reviver o ambiente concreto em que se deram os acontecimentos históricos, e não raro explica e comprova dados fornecidos pelos antigos, que de outra forma continuariam duvidosos ou obscuros (117). A **geografia histórica** estuda os elementos culturais criados pela mão do homem e sua influência na geografia física no decurso da história, como são as cidades, os portos, os canais, as estradas, etc., enfim, a história dos elementos da geografia física (118). Além da geografia histórica, interessa-nos sobretudo na época do Novo Testamento a **geografia política** da Palestina desde a conquista romana em 63 a. C. até à destruição do estado judaico em 135 d. C.

81. — I. **Epigrafia**. — **Coleções: Corpus Inscriptionum Latinarum**, 15 vols. com suplementos, Berlin, a partir de 1863; **Corpus Inscriptionum Graecarum** (depois **Inscriptiones Graecae**), Berlin, a partir de 1873; **Corpus Inscriptionum Semiticarum**, vols. 1, 2 e 4, Paris, a partir de 1881; J.-B. Frey, **Corpus Inscriptionum Judaicarum**, 2 vols., Roma 1936-1950.

-
- en gran medida por la posición central que ocupaba en el mundo antiguo, ya que constituía el punto de reunión y el pasaje obligado de los pueblos, de norte a sur, y del desierto oriental, en dirección a la costa. Por otra parte, se congregaban allí la cultura y economía de los diversos países.
- (117). — Um exemplo: O filósofo neo-platónico Porfírio (século III) escreveu uma obra contra os cristãos, na qual também atacava a verdade histórica dos Evangelhos. Entre outros fatos ridicularizava a narração sobre a tempestade no mar da Galiléia (*Mt.* 8, 23-27). Dizia que em tal lago, que pode atravessar-se comodamente em 2 horas de barco, não se concebem tempestades (*Fragmento* 55 [ed. W. de Boer, *Scriptorum Paganorum I-IV Saec. de Christianis Testimonia* (Textus Minores 2), Leiden 1948, 20s]. Porfírio ignorava a geografia física da Palestina. O lago de Tiberíades tem, em sua maior extensão, 21 kms. de comprimento por 12 de largo, e fica a 208 m. abaixo do nível do mar. A temperatura média anual é de + 25°. Os ventos do oeste, mais frescos, conforme as estações do ano, vindo de regiões mais altas, precipitam-se sobre o lago, e provocam tempestades violentas e repentinas em menos de meia hora, produzindo vagas até 2 m. de altura. Ver Z. Biever, *Au bord du lac de Tibériade*: Conférences de Saint-Étienne (École Pratique d'Études Bibliques), Paris 1910, 113-121; M.-H. Lelong, *Terre Saine*, Paris-Bruxelles 1955, 185, Planche 173 (fotografia de uma tempestade no mar da Galiléia).
- (118). — F.-M. Abel, *Géographie* 1, p. V.

Seleções: H. Dessau, *Inscriptiones Latinae Selectae*, Berlin 1892-1906; W. Dittenberger, *Sylloge Inscriptionum Graecarum*, 4 vols., Leipzig 1915-1924; id., *Orientis Graeci Inscriptiones Selectae*, 2 vols., Leipzig 1903-1905; R. Cagnat e outros, *Inscriptiones Graecae ad res Romanas pertinentes*, 4 vols., Paris 1891-1927; E. Nachmanson, *Historische Attische Inschriften* (Kleine Texte 110), 2a. ed., Berlin 1931; V. Ehrenberg-A. H. M. Jones, *Documents Illustrating the Reigns of Augustus and Tiberius*, Oxford 1949.

82. — II. **Escavações, etc.** — H. Gressmann, *Altorientalische Bilder zum Alten Testament*, 2a. ed., Berlin-Leipzig 1927; C. Kopp, *Grabungen und Forschungen im Heiligen Land 1867-1938*, Köln 1939; C. Watzinger, *Denkmäler Palästinas*, 2 vols., Leipzig 1933-1935; K. Galling, *Biblisches Reallexikon*, Tübingen 1937; A.-G. Barrois, *Manuel d'archéologie biblique*, 2 vols., Paris 1939-1953; W. F. Albright, *The Archaeology of Palestine* (Pelikan Books A 199), Harmondsworth, Middlesex 1949; G. A. Barton, *Archaeology and the Bible*, 7a. ed., Philadelphia, 1946; A. Parrot (editor), *Cahiers d'archéologie biblique*, Neuchâtel-Paris, a partir de 1953; L.-H. Vicent — M.-A. Steve, *Jérusalem de l'Ancien Testament. Recherches d'archéologie et d'histoire*, 2 vols., Paris 1954-1956; W. Corswant, *Dictionnaire d'archéologie biblique*, Neuchâtel-Paris 1956.

83. — III. **Numismática.** — Th. Reinach, *Les monnaies juives*, Paris 1887; F. W. Madden, *Coins of the Jews*, London 1903; G. F. Hill, *Catalogue of the Greek Coins of Palestine*, London 1914; A. R. S. Kennedy, art. **Money**; J. Hastings, *A Dictionary of the Bible*, vol. 3, Edinburgh 1906, 417-432; A. Kindler-A. Bernheim, *Thesaurus of Judaean Coins from the Fourth Century B. C. to the Third Century A. D.*, Jerusalem 1958. — Em curso de publicação: *Corpus Nummorum Palaestinensium*: 1. L. Kadman, *Les Monnaies de Aelia Capitolina*, Tel-Aviv-Jerusalem 1956; 2. id., *Les Monnaies de la Dynastie Asmonéenne*-1957. Por aparecer: 3. *Les Monnaies de la Dynastie Asmonéenne*; 4. *Les Monnaies de la Dynastie Hérodienne*; 5. *Les Monnaies de la Guerre Juive (66 à 70 après J.-C.)*; 6. *Les Monnaies de la Guerre de Bar-Kochba (132 à 135 ap. J.-C.)* (119).

84. — IV. **História das Instituições bíblicas.** — F. X. Kortleitner, *Archaeologia Biblica*, 2a. ed., Innsbruck 1917; P. Volz, *Die biblischen Altertümer*, 2a. ed., Calw 1925; I. Benzinger, *Hebräische Archäologie*, 3a. ed., Freiburg i. Br. 1927; E. Kalt,

Biblische Archäologie, Freiburg i. Br. 1924; F. Nötscher, **Biblische Altertumskunde**, Bonn 1940; R. de Vaux, **Les institutions de l'Ancien Testament**, vol. 1, Paris 1958. — S. Krauss, **Talmudische Archäologie**, 3 vols., Leipzig 1910-1912.

85. — **V. Geografia Bíblica.** — **Manuais:** G. Dalman, **Orte und Wege Jesu**, Gütersloh 1924 (trad. franc.: **Les itinéraires de Jésus**, Paris 1930); id., **Jerusalem und sein Gelände**, ib. 1930; Legendre, **Le pays biblique**, Paris 1928; F.-M. Abel, **Géographie de la Palestine**, 2 vols., Paris 1933-1938; A. Fernández, **Geografía bíblica**, Barcelona 1951; D. Baly, **The Geography of the Bible**, New York 1957; M. du Buit, **Géographie de la Terre Sainte**, 2 vols., Paris 1958. — **Atlas bíblicos e albuns de vistas** (em geral acompanhados de texto explicativo): R. de Riess, **Atlas Scripturae Sacrae**, 2a. ed., Friburgi Brig. 1906; M. Hagen, **Atlas Biblicus**, Parisiis 1907; R. Köppel, **Palästina. Die Landschaft in Karten und Bildern**, Tübingen 1930; L. Tellier, **Atlas historique de l'Ancien Testament**, Paris 1948; id., **Atlas historique du Nouveau Testament**, ib. 1951; J. L. Hurlbut, **A Bible Atlas**, New York 1944; G. E. Wright-F. V. Filson, **The Westminster Historical Atlas to the Bible**, Philadelphia 1945; L. H. Grollenberg, **Atlas de la Bible**, 4a. ed., Bruxelles-Paris 1954; P. Lemaire-D. Baldi, **Atlante Storico della Bibbia**, Torino 1955; M.-H. Lelong, **Terre Sainte**, Paris-Bruxelles 1955; Daniel-Rops, **Jésus en son temps. Paysages et documents**, Paris 1947.

D. JOÃO MEHLMANN O. S. B.

da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professor visitante na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

*

BIBLIOGRAFIA (*) ().**

- ABEL, F.-M. — **Histoire de la Palestine depuis la conquête d'Alexandre jusqu'à l'invasion arabe**, 2 vols., Paris 1952.
—— **Géographie de la Palestine**, 2 vols., Paris 1933-1938.
- DUESBERG, H. — **Le roi Hérode et autres essais**, Abbaye de Maredsous 1932.
- FELTEN, J. — **Neutestamentliche Zeitgeschichte oder Judentum und Heidentum zur Zeit Christi und der Apostel**, 2 vols., 2a. e 4a. ed., Regensburg 1925.

(*) . — As obras mencionadas nesta bibliografia citam-se pelo nome do autor e a página. Havendo duas obras do mesmo autor, a segunda cita-se ainda pelo título abreviado.

(**) . — As citações de Flávio José aduzem-se, por via de regra, no texto [A. = Antigüidades; G. = Guerra; Ap. = Contra Apíão; V. = Vida (ver nn. 46-51)], bem como as citações dos livros do Antigo e do Novo Testamento. Para evitar confusão citam-se: 1 Sam, 2 Sam, 3 Reis, 4 Reis.

- HOLZMEISTER, U. — **Historia Aetatis Novi Testamenti**, 2a. ed., Roma 1938.
- **Chronologia Vitae Christi**, Roma 1933.
- JONES, A. H. M. — **The Herods of Judaea**, Oxford 1938.
- LAGRANGE, M.-J. — **Le Judaïsme avant Jésus-Christ**, Paris 1931.
- NIESE, B.-HOHL, E. — **Grundriss der römischen Geschichte**, 5a. ed., München 1923.
- OTTO, W. — **Herodes** (artigos 14-25): A. PAULY-G. WISSOWA — **Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft**, Supplement, 2. Heft (Stuttgart 1913), 1-200.
- PFEIFFER, R. H. — **History of New Testament Times With an Introduction to the Apocrypha**, New York 1949.
- PREISKER, H. — **Neutestamentliche Zeitgeschichte**, Berlin 1937.
- RICCIOTTI, G. — **Storia d'Israele**, vol. 2, Torino 1938.
- **Flavio Giuseppe tradotto e commentato**, 4 vols., Torino 1937.
- STRACK, H. L.-BILLERBECK, P. — **Kommentar zum Neuen Testament aus Talmud und Midrasch**, 5 vols., München 1922-1928.
- SCHÜRER, E. — **A History of the Jewish People in the Time of Jesus Christ**, 5 vols., New York s. a.
- THACKERAY, H. St. J. — MARCUS, R. — **Josephus: With an English Translation** (Loeb Classical Library), 7 vols., London-Cambridge, Mass. 1926-1943.